



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2022

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, realizada no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Lombo.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e quarenta e cinco minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão. De seguida, nos termos do n.º 2 do art.º 29.º da supracitada lei deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

Ana Cristina Moura Xavier Fernandes; Vera Cristina Amaral Gabriel; Sandra Cristina Baptista Matos; Margarida Rosa Fortuna Parra Pires; João Nuno Ferreira Pires; Manuel da Conceição Costa que foram substituídos, respetivamente, por Dinis António Tiago Sarmiento, Beatriz Pereira; Paulo Jorge Ferreirinha, Simão Augusto Ventura Ferreirinha; Beatriz Isabel Mata Pires, Maria Neves Parada Alves. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Paulo José Castro Rogão,* e os Vereadores em regime de não permanência, *António Nuno Baptista Mendes de Morais, Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso.* -----



Verificada a lista de presenças, dela constavam 58 Deputados Municipais: *Camilo António Morais, Celina da Conceição de Sá Martins, Dinis António Tiago Sarmiento, Rogério Paulo Talhas Pires, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, Ilídio João Alves, Fernando Humberto Gomes, Beatriz Justo Lopes Pereira, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Maria Inácia Ferreirinha, Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Domingos José Ataíde Vaz, José António da Silva Madalena, Lília Margarida Fortuna Pereira Silva, António João Alves Trovisco, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Beatriz Isabel Mata Pires, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Manuel Jorge Machado Olaio, João Pedro Teixeira Fragoso, Francisco Inácio Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, João Batista Pinela, Ramiro Borges Valadar, Abel Francisco Paulos Rocha, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro.* -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** indagou os presentes, no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata da sessão ordinária do dia 17 de junho de 2022.

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

O Deputado *Daniel Filipe Espírito Santo*, porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD que iniciou a intervenção congratulando-se “pela chegada da Assembleia Municipal à aldeia do Lombo, terra de gente trabalhadora e que sabe receber. A descentralização é uma característica das democracias saudáveis. Bem Hajam”, referiu. No que à última ata diz respeito, o Deputado considera que nesta os “sinais de democracia são mais ténues e mostram um longo caminho a percorrer. Não podendo deixar passar, sem condenar veementemente, que três momentos importantes da última sessão que dizem respeito a resposta e contrarresposta do Deputado David Martins e do Exmo. Senhor Presidente da Câmara tenham sido completamente ignorados e não constem



Cij
/a
aw

na ata para memória futura”. Assim, considerando haver omissões e incorreções na ata da 3ª Sessão deste órgão, adiantou que o Grupo Parlamentar do PSD irá votar contra a aprovação do documento e solicitou que “as falhas processuais sejam evitadas de uma vez por todas”. Ainda no contexto da ata e referindo-se à Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar que representa, solicitou esclarecimentos quanto ao passo seguinte a dar.-----

No uso da palavra, o Deputado *David Silva Martins*, membro do Grupo Parlamentar do PSD, referiu que o caminho certo era o feito pelos anteriores Executivos apostando “no benefício do concelho e não só na sede.” Relativamente à ata, esta “contêm omissões importantes que deveriam estar plasmadas na presente ata porque pela primeira vez o representante de uma Instituição recusa responder a um eleito democraticamente como representante de outra instituição”, referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal que pretende ver registada em ata. A intervenção do Deputado *David Martins* que se dá como transcrita, foi facultada à mesa da Assembleia Municipal para ficar apenas à presente ata, identificada como anexo I da mesma. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, informou os Sr. Deputados de que doravante as atas serão, de acordo como n.º 1 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, um resumo das sessões. Assim, os Deputados que queiram ver a informação transcrita na íntegra deverão entregar as suas comunicações que passaram a ser apenas à ata da sessão, com o objetivo de conseguir atas objetivas e eficazes que possam ser lidas e não documentos demasiado extensos.-----

A 2ª Secretária da Assembleia Municipal, *Celina da Conceição de Sá Martins*, pediu a palavra para acrescentar que a ata é enviada para todos os Deputados para que após a sua leitura, e não concordando com o teor da mesma, solicitem a sua correção, considerando não ser necessário “vir para o espaço da Assembleia Municipal debater correções à ata da sessão anterior”, referiu.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a ata da 3ª Sessão da Assembleia Municipal a votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com 30 votos favoráveis, 20 votos contra e 8 abstenções. -----



Xa

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Miguel Ângelo Caseiro, membro do Grupo Parlamentar do PS e anfitrião desta sessão, no uso da palavra, após dar as boas vindas da Assembleia Municipal à freguesia do Lombo passou a divulgar o programa da X Edição da Feira do Azeite e do Figo que decorrerá nos dias oito e nove de outubro.-----

Usou da palavra a Deputada *Maria José Vieira Teodoro Moreno*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD para referir que “apesar do galardão do Geopark – Terra de Cavaleiros garantir o selo da *UNESCO*-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura por mais quatro anos”, que viu com muita satisfação mas vê também a conjuntura do concelho com “séria preocupação” questionando, novamente, o Executivo em regime de permanência quanto à estratégia para o desenvolvimento do concelho macedense, solicitando uma resposta clara e assertiva sendo o estado do concelho preocupante, “o Executivo em funções não antecipa, não planeia, não resolve problemas, prefere remendar”, afirmou, apresentando como exemplo, o que aconteceu na Albufeira do Azibo durante a época balnear de 2022 com a retirada de algas durante esta época e a colocação de areia, trabalhos que, na sua opinião, deveriam ter acontecido antes, e “não se desculpem com a seca extrema porque em 2006 houve seca e as praias estavam um brinco. Remendou-se ainda quando se abriram as Piscinas Municipais no final do mês de julho e voltou a remendar-se quando se fez a *Festa da Juventude*, sem juventude”, disse alertando ainda para a “urgência de trabalhar, apresentar e executar ideias válidas e concretas não podendo Macedo viver mais tempo no marasmo em que se encontra”. Assim, o Executivo “deve usar o poder concedido pela população para governar, para pugnar pelos seus interesses e não por pequenos governos individuais que olham pelos seus interesses e para os interesses da sua tribo”. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada *Jacinta Lúcia Catarino Lopes*, porta-voz do Grupo Parlamentar do CDS, que deu início à sua intervenção com o reporte de uma situação no Bairro de S. Francisco onde foram colocados aparelhos de ginástica ao “pé da estátua de S. Francisco de Assis onde os crentes praticam o seu culto quando existem outros espaços verdes onde estes poderiam ter sido colocados”. De seguida, a Deputada passou a fazer referência ao cidadão macedense *Adriano José Alves Moreira*, natural de Grijó que comemorou o



seu centenário a 6 de setembro de 2022, ao seu percurso político e profissional para recomendar a imortalização do seu nome através da atribuição do mesmo ao Parque Urbano da Cidade. O discurso dá-se como transcrito ficando uma cópia anexa à presente ata, identificado como Anexo II. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Rogério Paulo Talhas Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, cuja intervenção se pautou por três assuntos. O primeiro acerca das barreiras físicas existentes na ciclovia perto da antiga estação que, de acordo com alguns utilizadores, estão demasiado afastadas da estada permitindo que diariamente o espaço seja ocupado para estacionamento ou para cargas e descargas. Assim e sendo esta uma faixa reservada a peões e bicicletas, ao chegar aqui são impedidos de praticar a sua atividade, pervertendo a finalidade da faixa. O segundo, ainda relacionado com a ciclovia, “nas zonas de passagem de estrada seria prudente reavaliar a iluminação existente principalmente junto ao Centro D. Abílio Vaz das Neves onde existe pouca iluminação para quem se aproxima da estrada e a existência de alguns postes que não estão a funcionar. O terceiro diz respeito à *Rua Almeida Pessanha*. Trata-se de uma zona pedonal por onde “circula trânsito automóvel, nem sempre para efetuar cargas e descargas, e a velocidade a que transitam não se coaduna com a condição da via por onde circulam transeuntes desatentos” aumentando a probabilidade de acidentes. Assim o Deputado sugere que haja uma escolha assertiva acerca do tipo de via. Considerando o elevado potencial comercial da mesma e a necessidade de circulação de moradores e entrega de mercadorias sugere que se assuma a vertente pedonal da via, limitando o acesso com a colocação de barreiras. -----

Usou da palavra o Deputado *Daniel Pires* para, no âmbito do início do ano letivo, referir algumas situações “inaceitáveis que têm vindo a acontecer”, e “congratular-se com as melhorias arquitetónicas e da segurança rodoviária implementadas no perímetro do parque de estacionamento escolar”. Tendo como pano de fundo a “melhoria das condições das nossas crianças” questionou o planeamento, a calendarização e outras situações de obra que podendo ultrapassar as competências da Assembleia Municipal poderá influenciar quem resolve as situações. Neste sentido e a respeito das obras em curso no Polo 2 questionou o Executivo em regime de permanência sobre o “motivo destas não terem sido completamente executadas em período de férias letivas que levaram a situações indesejáveis com obras a decorrer em salas de aulas, buracos a céu aberto causando insegurança para crianças e



adultos, barulhos indesejáveis audíveis no interior das salas e pintura nas salas com os professores a pedir aos alunos para colocarem as máscaras para não inalarem o cheiro da tinta. No que diz respeito à tão badalada alimentação no espaço escolar tem havido constrangimentos com relatos de pais com crianças que são obrigadas a deslocarem-se às cantinas do Polo 3, com todo o desconforto que acarreta para crianças tão pequenas, qual o motivo para isto acontecer? O problema já está resolvido? Não estando, quanto tempo vai durar? Há ainda relatos de alunos que referem que há dias em que a alimentação não chega para todos comendo apenas sopa”, referiu, acrescentando que “a escola pública tem ainda um longo caminho pela frente uma vez que obras a decorrer, alimentação deficitária e casas de banho degradadas sem as mínimas condições, está muito longe do cenário que cada pai sonha para as suas crianças, afastando-nos de níveis dos países civilizados”, argumentou. -----

Ainda no uso da palavra e a propósito do fim da época balnear o Deputado *Daniel Pires* solicitou esclarecimentos sobre o “balanço que faz no que respeita ao turismo, ocupação hoteleira e ocupação de praias “ e para questionar se o sucesso não seria diferente, caso tivessem sido precavidos e realizadas as limpezas das praias e o reforço da areia em tempo útil?!”, terminou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Manuel Jorge Machado Olaio*, porta-voz do Grupo Parlamentar do Unidos por Macedo, que deu início à sua intervenção com um voto de pesar pelo falecimento do macedense *António Vaz*. De seguida, e no âmbito da descentralização das sessões da Assembleia Municipal, com a 4ª sessão a decorrer na aldeia do Lombo, defendeu que as sessões das Assembleias Municipais deviam realiza-se na sede de concelho, “local mais próximo de todos e devemos ter a noção de que Macedo tem que ser a locomotiva que puxa todas as outras carruagens e não pode ser de outra maneira. Fazendo contas de merceeiro aos custos a ter com uma Assembleia em Macedo ainda fica algum dinheiro da senha de presença mas havia retorno para os restaurantes de Macedo. O afastamento do povo em relação à política é por causa disso, porque a política não dá o retorno que deve dar ao povo. Do povo quase ninguém vem ver a Assembleia porque ninguém se interessa. Hoje é o povo do Lombo que paga mas todos os dias é o lombo do povo que sustenta a classe de políticos, alguns sem classe alguma”, rematou, vincando a posição em relação à descentralização das Sessões da Assembleia Municipal -----



Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** para lembrar que todas as freguesias são município e que todas elas, desde que tenham condições para tal, têm direito a receber os Deputados da Assembleia Municipal. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel António de Sá Mico*, porta-voz do Grupo Parlamentar do PS, que recordou que o concelho tem quinze mil habitantes e destes apenas seis mil residem na cidade mas, mesmo assim, as aldeias recebem apenas 10% do investimento e a sede do concelho os restantes 90%. “Eu sou de uma freguesia e tenho muita honra nisso e indigna-me que no séc. XXI ainda se pense que os senhores da cidade são uma coisa e os da aldeia são uns parolinhos”, aludiu. De seguida louvou o Executivo em regime de permanência pelo trabalho excepcional desenvolvido no período estival não tendo faltado água no município recordando que “todos os anos havia falta de água e neste verão a falta só se verificou nas aldeias em que a água não é municipalizada”. Tendo conhecimento de que na semana que antecedeu a sessão foi assinado um contrato de um milhão de euros (1.000.000) para a aquisição de contadores inteligentes, para que a despesas seja reduzida, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do montante ainda em dívida às Águas de Trás-os-Montes. No contexto da última edição da Feira de S. Pedro, o Deputado indagou o Executivo quanto ao montante investido e qual o impacto comercial nos expositores e nos restaurantes. A propósito da recomendação apresentada pela porta-voz do Grupo Parlamentar do CDS, para atribuição do nome do Prof. *Adriano Moreira* ao Parque da Cidade, o Deputado do PS recordou a entrega do espólio do mesmo à cidade de Bragança com o consentimento do Executivo anterior.-----

O Deputado *José António da Silva Madalena*, membro eleito do Grupo Parlamentar do PSD no uso da palavra e associando-se à homenagem ao Prof. *Adriano Moreira*, “dono de um intelecto que muito aprecia devendo Macedo de Cavaleiros orgulhar-se de ter um filho com tal envergadura”, referiu. A propósito da intervenção do Deputado *Manuel Mico* referiu o orgulho que sentiu ao ouvi-lo “já que os Executivos do PSD muito investiram nas aldeias no sentido de dar qualidade de vida e dignidade às pessoas que vivem fora da sede do concelho” manifestando, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a concordância com a descentralização das sessões deste órgão, “iniciativa que deve ser mantida esperando que da próxima vez nós também tenhamos a oportunidade de receber bem todos os Deputados e a Assembleia Municipal”, referiu. Ainda no âmbito da polémica do jardim-de-infância de Podence, assunto que marcou a sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho, e após o



arranque do ano letivo, no dia 15 de setembro, marcado pelo encerramento de dois jardins-de-infância: Vale da Porca e Podence, o Deputado argumentou que “se no primeiro caso se pode aceitar a decisão de encerramento pelo facto de só ter dois alunos matriculados e não sendo previsível que venha a aumentar, já o caso de Podence é completamente diferente. Este último existiu durante muitas décadas servindo crianças de Podence e de freguesias limítrofes onde aprendiam desde muito cedo, a tradição cultural dos Caretos de Podence e do Entrudo Chocalheiro. Apesar da contestação dos pais das crianças e de uma Moção aprovada nesta Assembleia Municipal, na sessão de 17 de junho de 2022, contra o encerramento deste jardim-de-infância, o Executivo municipal manteve a sua teimosia em fechá-lo com uma turma de dez crianças inscritas, que encerrou a pedido da própria Câmara, algo verdadeiramente inédito, invocando razões de insegurança que a própria criou ao implementar casas de banho públicas no recinto escolar. A Associação de Caretos, através do seu presidente, tudo fez para evitar este desfecho ao propor uma alternativa por valorizar a existência do jardim-de-infância em Podence pois a educação e a cultura devem estar de mãos dadas. O Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros e o nosso concelho ficaram mais pobres devido às vistas curtas de quem tomou e apoiou esta decisão”, terminou.-----

A palavra passou para o Deputado *Manuel António Machado Carvalho*, membro eleito do Grupo Parlamentar do PS, que endereçou os parabéns a todos os macedenses, responsáveis pela renovação do selo UNESCO que aconteceu nos dias quatro e cinco de setembro, “apesar de alguns, que se dizem macedenses, de tudo terem feito para que tal não acontecesse”, referiu. Reportando-se ao assunto Albufeira do Azibo e à limpeza das praias, o Deputado, referiu que quando se fala que em “tempos as praias estavam limpas, que não existiam os problemas das plantas aquáticas, etc. devemos situar a questão no contexto atual. O fenómeno que está a acontecer com o Azibo é fruto das alterações climáticas que não se resumem à seca mas que se prendem com fenómenos de eutrofização das águas nomeadamente da temperatura que aceleram a proliferação das plantas aquáticas e não sei como se pode fazer limpeza numa margem, que no nosso caso tem demasiado declive, quando a água ocupa esse espaço. Ninguém gosta de ver a praia suja ou a água com plantas aquáticas, temos que perceber o que é exequível, ou não, neste aspeto, a solução que o Executivo foi dando ao longo do processo foi a adequada”, rematou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Cláudio Miguel Bento Trovisco*, membro eleito do Grupo Parlamentar do PSD cuja intervenção



fez alusão ao mês de setembro e à normalidade a que regressa a cidade após o retorno “ de muitos filhos da terra a outras terras” onde a “azáfama e o frenesim deram lugar à monotonia e as caixas menos cheias dos restaurantes e dos pequenos comerciantes”, encaminhando-se tudo para a “normalidade que tem sido proporcionada nos últimos tempos: um vazio ofuscado por uma máquina de comunicação ao serviço do Executivo do nosso município”, adiantou. “Foi o mês de agosto mais pobre de todos os tempos de que tenho memória, desprovido de eventos com a força característica a que vínhamos habituados mas que concelhos vizinhos souberam implementar. No que diz respeito à praia fluvial do Azibo, “conseguimos, numa única época banhar destruir o trabalho de décadas, por ausência de manutenção e de intervenção atempada”, referiu considerando ser oportuno um “pedido de desculpa aos veraneantes, que ali se deslocaram e aos empresários que ali fizeram investimentos e sentiram quebras nas suas receitas superiores a 50%”, bem como avaliar a forma como estes empreendedores podem ser ajudados a recuperar os fortes prejuízos resultantes da falta de atividade nas praias. Aludindo às obras em curso “como golpe de magia para colocar a cidade no caminho da recuperação económica”, enquanto os jovens continuam a abandonar Macedo em busca de melhor qualidade de vida sendo que os destinos do concelho devem ser geridos com soluções de base para tornar Macedo de Cavaleiros num local onde os jovens podem fazer vida “sem ter que seguir determinados credos, cores ou ideologias políticas. Não conseguindo o município empregar toda a gente, por mais que tente e sabendo que o comércio e os serviços em Macedo de Cavaleiros sobrevive integralmente com os habitantes do concelho e sendo estes cada vez menos, é fácil perceber o que o futuro reserva aos nossos comerciantes e pequenos empresários”, terminou. -----

Usou da palavra o Deputado *Ilídio João Alves*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS cuja intervenção se reportou ao discurso proferido na sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho, quanto à sua tomada de posição a propósito do encerramento do jardim-de-infância de Podence, convicto de que para crianças de 3 a 5 anos de idade seria mentalmente mais saudável frequentarem a escola em ambiente rural já que é este “dia a dia que vivem nas casas dos seus pais e avós”, visão que gostaria que fosse equacionada no futuro, antes de fechar outra escola, manifestou. Reforçando a sua convicção e a militância no PS afirmou: “tudo farei para demonstrar aos macedenses que a gestão socialista liderada pelo saudoso camarada *Luís Vaz* fez mais por Macedo de Cavaleiros que o Presidente da Câmara Municipal *Pescadinha*



em 20 anos de liderança e tenho a certeza de que a gestão do *Benjamim Rodrigues* vai fazer muito mais que fez *Beraldino Pinto* e *Duarte Moreno* em 16 anos”. Reportando-se ao fecho de dezenas de escolas primárias e de jardins-de-infância durante o período de governação liderado pelo PSD/CDS, atitude que “aprovaram e aplaudiram e hoje, porque se fecha o jardim-de-infância de Podence já é o fim do mundo. Sejam coerentes”, incitou o deputado.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado *João Luís Salsas*, membro do Grupo Parlamentar do PSD que recordando a discussão do orçamento para 2022 e as palavras do líder da autarquia acerca do investimento direcionado nesse ano para a sede do concelho e à promessa de que em 2023 este seria canalizado para as aldeias, questionou se “mantêm a intenção” e se o Executivo pretende definir prioridades. No âmbito agrícola, e porque o ano atual está a ser particularmente difícil para os criadores de gado, inquiriu o Sr. Presidente da Câmara quanto à disponibilidade financeira para uma eventual ajuda aos agricultores e se “está prevista alguma intervenção financeira em relação às charcas”, questionou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *João Manuel Rodrigues Alves*, membro do grupo parlamentar do PS que contrariou a opinião do Deputado *Manuel Olaio*, com a afirmação “já se fazem demasiadas coisas em Macedo de Cavaleiros e muito poucas nas freguesias. Há freguesias que até têm restaurantes, como é o caso de Podence e Morais e nestas nem vão ter problemas se não tiverem dinheiro pois têm disponível uma ATM onde poderão levantar dinheiro”. Quanto aos assuntos debatidos na atual sessão de Assembleia Municipal, o Deputado alertou para a repetição constante das temáticas debatidas nas sessões e que revelam a ausência de assuntos pertinentes e a falta de evolução deste órgão bem como a falta de coerência nos discursos e intervenções apresentadas. “Pessoas que em tempos aplaudiram atitudes semelhantes às que hoje criticam. Não entendo onde está a coerência destas atitudes”, referiu. Relativamente ao encerramento do jardim-de-infância de Podence o Deputado deixou a nota de que foi questionada a mãe da única criança da aldeia de Podence acerca da frequência da criança na sede de concelho. Esta respondeu que a criança está muito mais feliz em Macedo. Para finalizar a sua intervenção o Deputado disse estar “tranquilo quanto às obras de recuperação na igreja de Podence que já tem telhado e paredes limpas”. -----

Usou da palavra o Deputado *Sérgio David Ramos Borges*, membro do Grupo Parlamentar do PSD que endereçou questões ao Sr. Vice-Presidente da Câmara



Handwritten signature and initials in blue ink.

Municipal, na qualidade de responsável pelo Pelouro relativo à cooperação com as freguesias, quanto aos critérios que o município utiliza para a disponibilização de retroscavadoras às juntas de freguesia e dos materiais que o município possui em armazém. Na qualidade de Presidente de Junta de Macedo de Cavaleiros e no que concerne às vias de comunicação da aldeia de Travanca, o Deputado interpôs o Vereador *Paulo Rogão*, responsável pelo pelouro, no sentido de perceber se “tendo em conta as obras da estação de camionagem, está previsto o asfaltamento da Rua de Stª Bárbara em Travanca? E da Rua Principal em Nogueirinha? E o Caminho da Estação para a ciclovia em Macedo de Cavaleiros? Se sim, para quando?”. -----

A palavra passou para a Deputada *Maria Inácia Ferreirinha*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que felicitou o Executivo em regime de permanência pelo trabalho que está a desenvolver ao nível de execução de obra numa situação tão crítica e pela priorização da educação. “Aposta visível logo no primeiro mandato, com as obras no pavilhão desportivo, com a recuperação da escola secundária e as obras de fundo em curso na escola EB2. Obra esta que revela um olhar muito atento à educação”, referiu.-----

Usou da palavra o Deputado *David Martins*, que iniciou a intervenção indagando o Sr. Presidente da Câmara Municipal se iria responder as questões colocadas por ele. De seguida, o Deputado adiantou que a sua “freguesia passou o pior verão dos últimos 20 anos” no que concerne à falta de água, referindo que no ano 2021 houve uma reunião com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, em que foi manifestado o receio, em virtude da falta de água na União de Freguesias e volvidos meses tudo se mantém igual. O Município, devido a um investimento de vinte e seis mil e quatrocentos e oitenta euros acrescidos de IVA, conforme o procedimento 50/2022 deixou arrastar uma situação que todos adivinhavam, priorizando outras obras mais caras e menos prioritárias e deixou a parte norte do concelho sem um bem essencial”, afirmou. “ Se o Município tem a saúde financeira que é dita pelo Executivo devia ter solucionado esta questão de modo a minimizar os transtornos causados em tantas aldeias e em tanta população”, acrescentou. -----

Felicitando o Executivo em regime de permanência pela renovação do selo UNESCO, frisou ser “pena o Sr. Deputado não ter lido o relatório emitido pelos auditores e não teria caído no erro da concelhia do PS e precipitar-se no seu comentário” desafiando-o a mostrar no relatório onde alguém do concelho tentou prejudicar a renovação. -----



O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Jorge Orlando Pires Asseiro*, membro do Grupo Parlamentar do PS que questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da possibilidade dos técnicos do Balção Único do Prédio (BUPI) se deslocarem às aldeias, à semelhança do que acontece noutros municípios, tendo em conta a existência de pessoas com dificuldade em se deslocarem à sede de concelho. Tomando como linha condutora esta dificuldade, e no contexto de saúde, o Deputado explanou a situação que se vive com o Centro de Saúde de Izeda que serve os cidadãos que representa apelando, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que interceda na revisão da situação das quatro aldeias adstritas ao centro de saúde em causa, e a possibilidade de os utentes serem transferidos para o Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros. -----

A palavra foi usada pelo Deputado *Ramiro Borges Valadar*, membro do Grupo Parlamentar do PS que “ao Sr. Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros e à Sr.ª Presidente da Junta da Freguesia de Vale da Porca”, numa atitude de coerência, manifestar a sua “total discordância com o encerramento do jardim-de-infância. Em Podence havia cartazes e televisão e em Vale da Porca não havia nada. Será que é porque a Presidente da Junta é de outro partido? Nós temos que defender o nosso território todo. Então os dois meninos de Vale da Porca não são iguais ao menino de Podence?” Questionou, recordando que nos últimos 20 anos fecharam-se as escolas todas e ninguém fez nada. Dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal solicitou informação acerca do local onde estão armazenados os paralelos e a areia porque à semelhança do Presidente da Junta de Macedo de Cavaleiros as restantes juntas também reivindicam o material, o aparar dos jardins, a limpeza de ruas e o arranjar de caminhos como é feito com a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados. Este no uso da palavra começou por manifestar o seu pesar relativamente à perda de várias figuras proeminentes do concelho, endereçando um abraço fraterno a todas as famílias enlutadas.-----

“Ao *Miguel Caseiro*, anfitrião desta sessão, dizer que estaremos no Lombo para a Feira do Figo e do Azeite e felicitar a organização pela variedade de temas abordados



no evento, com seminários de alta qualidade fazendo votos para uma X edição do evento em grande”, frisou.-----

A propósito da intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, e no que diz respeito ao galardão do Geopark, reiterou que “o selo UNESCO foi revalidado sem qualquer recomendação”. Quanto ao estado do concelho, e no contexto do “remendar”, e tendo-se falado na Albufeira do Azibo, o edil afirmou: “somos todos responsáveis por estas alterações climáticas e é um alerta global. Quero agradecer a explicação científica do Deputado *Manuel Carvalho*, que foi elucidativa e nos faz perceber que não basta vir aqui com argumentos e falácias para justificar o que não é justificável”. A propósito das interpolações do Deputado *Cláudio Trovisco* e *Daniel Pires*, relativas à dinâmica estival e à ocupação das unidades de restauração e hotelaria, “ainda não tenho números mas desafio-vos a conversar com alguns empresários, que são da vossa linhagem política e que vos relatem como foi o verão porque a informação que me chega é a de que nunca houve um verão tão forte no que concerne à ocupação de espaços”, sublinhou.-----

No que às plantas aquáticas diz respeito, o autarca mencionou que a situação foi sendo resolvida, de forma gradual, lamentando que as redes sociais tivessem criado o alarmismo “inventando o surgimento de algas vermelhas e a dizer às pessoas que não viessem para o Azibo. Isto é de pessoas que gostam de Macedo? Tenhamos outro tipo de atitude. Já aqui foi dito hoje que para construirmos e termos progresso não temos que vir aqui com argumentos demagógicos, sem riqueza política. Precisamos de construir e criar riqueza política e é isso que vos peço”, rematou. A propósito da questão da Deputada *Maria José Moreno* e da falta de planeamento, o Sr. Presidente da Câmara disse que existe um Plano 20/30 disponível na página do município para consulta, que define as linhas orientadoras da ação do Executivo e as várias vertentes educação e Zona Industrial que tem tido um grande crescimento, e vai continuar a ter, com muito investimento a ser feito que trará riqueza e muita gente a Macedo de Cavaleiros.”-----

Quanto ao “marasmo”, referido pelo Deputado *Cláudio Trovisco*, o autarca contrapôs alegando nunca ter observado tanta construção em Macedo de Cavaleiros, “um sinal claro da confiança dos empresários no Executivo, e de progresso”. A propósito das “tribos” referidas pela Deputada *Maria José Moreno*, o líder da autarquia assumiu ser Macedo a sua tribo que defende não tendo conhecimento de interesses sectorizados e localizados. Ainda no âmbito da Feira de S. Pedro e a propósito da intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco*, o autarca expressou ter feito o que qualquer responsável por um município deve fazer num ano de contingência: poupar. “E quem hoje veio aqui



dizer que nós estamos a perder caminho em relação a outros municípios digo-vos para irdes perguntar aos munícipes desses concelhos o que entendem por se ter gasto tanto dinheiro”, desafiou acrescentando que a opção foi seguir as diretrizes para um ano de contenção, gerindo as finanças do município como gere as da sua casa: com transparência e sempre com postura que podem ser polémicas, porque são rigorosas, duras e honestas. “Esta é também a postura que temos com as freguesias. Quando digo que este ano não há dinheiro para as freguesias é porque foi tirado ao orçamento do município uma grande fatia: um milhão e duzentos mil euros (1.200.000, 00 euros). Imaginem este valor a ser aplicado nas freguesias e para o que daria?! Fazemos um grande esforço para investir nas freguesias e as pessoas devem perceber isso”, rematou. -----

Em resposta à Deputada *Jacinta Lopes*, e a propósito do Bairro de S. Francisco, disse ser um assunto da responsabilidade dos técnicos especializados na área estando o Executivo presente para rever e corrigir situações que necessitem de revisão e correção. “Quanto à sua resenha bibliográfica sobre o Sr. Prof. *Adriano Moreira* foi perfeita e para nós é uma pessoa tão importante que estivemos presentes na cerimónia de homenagem, na qual tive a oportunidade de deixar à sua filha, em nome do município, uma homenagem. Reconheço-lhe a capacidade intelectual, que muito honra o nosso município, só lamento não termos o espólio da biblioteca de Bragança. Temos aqui presentes o atual Presidente da Junta de Freguesia de Grijó e o anterior, o *Simão*, que felizmente conseguiu trazer uma parte do espólio. Sei também que o Sr. *Acácio*, o atual Presidente, já pediu para aumentar a biblioteca o que demonstra que os dois fizeram e continuam a fazer um excelente trabalho”, rematou o edil, passando a responder ao deputado *Rogério Pires* declarando que registou as observações, sendo o assunto urbanismo da competência do Vereador *Paulo Rogão* que irá, certamente, dar o melhor andamento às sugestões apresentadas. -----

Ao Deputado *Daniel Pires*, e a propósito do arranque do ano letivo e da “calendarização e planificação das obras no Polo”, o autarca referiu alguns atrasos e elencou o investimento feito na educação: “Para as escolas foram sinalizados pelo anterior Executivo dois milhões e seiscentos mil euros. Destes, um milhão foi transferido para o pavilhão gimnodesportivo, o que deu origem à polémica que provocou a solicitação de exclusão do seu lugar de Deputado por parte do Diretor do Agrupamento de Escolas. Felizmente o pavilhão está concluído e conseguimos duplicar o valor da verba inicialmente destinado a ser investido nas escolas o que revela a preocupação do Executivo em regime de permanência com a educação. A Escola EB2, que recentemente foi intervencionada, será objeto de um redimensionamento que passará pela criação de mais dez salas no espaço já



existente. Intervenção esta planeada em articulação com o Diretor do Agrupamento de Escolas e que “revelam o nosso planeamento”, frisou, adiantando que em breve surgiram novidades com alguns polos nomeadamente do Laboratório Colaborativo na área do turismo.-----

Ao Deputado *Manuel Olaio*, e no que à descentralização das sessões da Assembleia Municipal diz respeito, o edil expressou que estas ainda são em grande maioria na sede do concelho devendo a tendência ser invertida porque é nas aldeias que reside a maior percentagem dos eleitores. Ao Deputado *Manuel Mico*,” dizer que de facto fomos um exemplo, no nosso distrito, na questão da gestão da água. A falha de água aconteceu numa ou noutra freguesia mas estas situações reporta a locais onde a água não é municipalizada, nomeadamente a União de Freguesias de Edroso, Espadanedo, Murçós e Soutelo Mourisco que neste momento está no bom caminho para a resolução desta questão”, referiu adiantando que a grande dívida que o município tem para com a Águas de Trás-os-Montes, de cerca de oito milhões, tem vindo a diminuir, com um redução significativa nos consumos, sendo que no ano 2021 o município pagou cerca de um milhão e no ano de 2022, à mesma data, o valor reduziu para cerca de 700 mil euros. Valores que revelam uma poupança de 30% e o esforço que tem vindo a ser feito por toda a equipa municipal e dos Presidentes de Junta de Freguesia. Ainda no âmbito da intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco* quanto ao “vazio de gentes”, o autarca referiu ser “um fenómeno não controlável” em que o Executivo está a “agir no sentido da inversão, investindo na educação, com a vinda de um polo do Laboratório Colaborativo e de um Polo Consular”, adiantou. -----

Relativamente ao Deputado *João Salsas*, e sobre a discussão do orçamento para o ano 2022, o Sr. Presidente da Câmara afirmou estarmos a assistir a um ano de crise inédito, com a redução de verbas num milhão e meio que afeta sempre as freguesias pelo que apelou à compreensão dos Presidentes de Junta porque o investimento a efetuar nas aldeias não será em simultâneo. Contudo, será sempre efetuado de forma a manter o princípio da igualdade de tratamento com todas elas, principio que orienta e norteia as decisões do Executivo. Quanto aos criadores de animais, referiu que estão “atentos e a acompanhar a situação” e, se houver necessidade, será transferida verba para o setor. Quanto às charcas, e dando conta de que já há uma mudança de atitude da APA, entidade responsável pelo licenciamento destas, com alguma abertura em termos de processos, adiantou que o município já tem um plano desenhado, tendo a intenção de auscultar a população para, em conjunto, definirem os locais



estratégicos de construção das mesmas. -----

A propósito da intervenção do Deputado *Jorge Asseiro*, que inquiriu o autarca acerca da possibilidade do Balção Único do Prédio (BUPI) às juntas de freguesia, de modo a facilitar o processo de georreferenciação, ideia que considerou pertinente, disse ser necessário avaliar se logisticamente será uma ideia concretizável. Quanto ao centro de Saúde de Izeda, assunto a propósito do qual já interveio junto do Presidente do Conselho de Administração da ULSNE, e sobre o qual já manifestou a sua preocupação a resposta que obtêm é que esta é uma questão da competência dos Centros de Saúde assumindo que irá continuar a manifestar a preocupação quanto à questão levantada. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente**, diretamente interpolado, para responder às questões colocadas pelos Deputados. No uso da palavra e em resposta ao Deputado *Sérgio Borges* acerca dos critérios que definem o acesso das Juntas de Freguesia, às máquinas e materiais, este são: o princípio da igualdade, do equilíbrio, da equidade, e da harmonia, “sendo que a sua Junta de Freguesia já beneficiou disso. Não fazemos discriminação positiva, facto que nos orgulha, em função das crenças religiosas e dos clubes, não saltamos freguesias, sendo a localização geográfica das aldeias uma prioridade porque temos um concelho com cerca de 700 quilómetros quadrados, uma área vasta. Uma nota lhe dou: tenho a certeza absoluta de que não existe um único Presidente de Junta satisfeito com a distribuição de máquinas. As máquinas estão constantemente a ser solicitadas e priorizamos as intempéries”. Referiu, acrescentando que neste domínio existe, ainda, um grande revês porque todos os Presidentes de Junta querem as máquinas nos meses de março, abril e maio e em três meses é impossível atender a todas as solicitações. Relativamente à questão sobre os inertes o Sr. vice-Presidente referiu que os existentes em armazém já estão prometidos. -----

Em resposta ao Deputado *David Martins*, o Sr. Vice-Presidente, solidário com o mesmo quanto à falta de água que aconteceu nas aldeias da sua União de Freguesias, “mas os acontecimentos também foram responsabilidade sua porque há quatro anos reuni consigo, e com outros Presidentes de Junta, para municipalizarmos a água e resolver a questão atempadamente e com algum critério. Nas aldeias de Espadanedo, Murçós e Valongo existe um ponto de entrega das Águas do Norte que esteve ativo há alguns anos atrás. Esteve parado durante algum tempo, ficou obsoleto e carece de intervenção e estas não acontecem de forma imediata sendo que até lá a



situação podia ser resolvida pelos Bombeiros Voluntários. Neste momento a estação elevatória já se encontra operacional, as condutas já estão testadas e a situação resolvida podendo ter acontecido antes se a sua postura tivesse sido outra. As aldeias de Grijó, Castelões e Vilar do Monte já têm água municipalizada e desde que isso aconteceu terminaram os problemas de falta de água”, referiu, advertindo que quem tem legitimidade para gerir a água são os municípios. O Sr. Vice-Presidente antecipou estar na posse de um documento que revela que no ano 2022 já existe uma poupança de água de cerca de trezentos mil euros, em relação ao ano anterior. Situação que se deve ao trabalho de todos os técnicos e funcionários do município que têm desenvolvido um trabalho de grande esforço, em colaboração com os Presidentes de Junta. “No futuro e em condições normais, iremos ter cada vez mais dados semelhantes aos agora conseguidos. Assinamos, recentemente, contrato com uma empresa que vai colocar contadores inteligentes nas nossas casas para nos ajudarem a reduzir, ainda mais, as perdas de água”, assim, e estando a rede toda monitorizada é possível identificar em tempo real o local da fuga e proceder à reparação da mesma de forma imediata. O Sr. Vice-Presidente adiantou, ainda, que de momento estão a ser intervencionadas quatro aldeias e que o reporte que lhes chega, por parte dos empreiteiros, é que existem muitas situações de consumo de água ilícito. Assim, neste momento estas situações estão a ser corrigidas ainda sem aplicação de coimas. No entanto, alerta, o “regulamento irá mudar em breve e o município será obrigado a reportar situações de consumo ilícito de água”. -----

Relativamente ao saneamento e recordando a situação de cheias ocorridas nas primeiras chuvas de outono, o Sr. Vice-presidente pediu aos munícipes “independentemente da equipa municipal já no terreno, cada um que avalie a situação da sua habitação e para onde está a drenar a água porque a água que drena para o saneamento causa constrangimentos e uma pequena chuvada vai onerar a Câmara em muito dinheiro pois este paga-se por metro cúbico. Avaliem e reportem ao município as vossas situações porque o município pode, com as equipas de trabalho existentes, demorar dois ou três anos e com a ajuda da população pode fazê-lo em menos tempo. Esse trabalho resulta em benefício para todos”, apelou o Vice-Presidente. -----

Aberto um segundo período de intervenções inscreveram-se:-----

O Deputado *Miguel Caseiro*, que no uso da palavra agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o transporte cedido para a vacinação no âmbito do Covid 19 da



população com mais de 80 anos. -----

A palavra foi passada à Deputada *Maria José Moreno* que no seguimento do discurso inicial expôs, “vejo um Executivo que anda a reboque de situações e polémicas colocadas nas redes sociais por pessoas que se preocupam com as suas gentes logo existe um autismo do Executivo e da restante população e louvo as freguesias que com pouco têm feito muito, com um ranking de atração superior à nossa cidade que se encontra moribunda. E é com estas atitudes que nos vamos afastando de um concelho atrativo e passamos para um que desincentiva, quer as famílias quer as empresas, à não fixação em Macedo”. Para terminar a intervenção solicitou ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos acerca das obras em curso na cidade, “que nunca mais têm fim, apesar do mérito apregoado da duplicação da verba que estava sinalizada à data e que cresceu para quase 18 milhões de euros, como vem referenciado na ata”. -----

Usou da palavra o Deputado *Rogério Pires* que relatou ter sido interpolado por um operador de Barcos do Azibo que manifestou interesse e solicitou a colaboração do Município na realização de um simulacro de emergência médica durante o uso da utilização da embarcação. Tecendo comentários a propósito no alarmismo em torno das supostas algas vermelhas existentes na Albufeira do Azibo, o Deputado alertou que os principais lesados com a atitude foram os empresários que investiram, chamando a atenção para as “consequências de atos irrefletidos”.-----

A palavra foi dada ao Deputado *Daniel Pires* que a propósito da intervenção do Deputado *Jorge Asseiro* tendo conhecimento, como profissional de saúde, que muitos utentes daquela zona do concelho não têm médico de família e que seria do interesse de todos trazê-los para o Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros e tentar encontrar a melhor solução, para ultrapassar “esse desidério até porque mais utentes significam mais médicos, mais meios e mais capacidade de resposta”, frisou. -----

A palavra passou para a Deputada *Beatriz Isabel Mata Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para abordar a questão da Juventude, referindo o Conselho Municipal da Juventude e a última notícia que recebeu deste, a nove de agosto de 2022, três dias antes do dia Internacional da Juventude e que dava conta de que não iria acontecer a tomada de posse do novo Conselho Municipal da Juventude. Neste sentido questionou o Executivo quanto aos motivos pelos quais ainda não foi eleito novo Conselho, já que se trata de “um órgão importante nomeadamente no que toca a intervir para a causa juventude que temos no nosso município e, se há tanta



consideração pelos jovens porquê a demora? Acredito que haja muitos jovens macedenses sedentos por dar ideias sobre e para o nosso município não esquecendo que para que o futuro do município seja promissor precisamos de manter os jovens. Também existimos, estamos aqui e reivindicamos oportunidades porque os jovens não são só para abanar bandeiras sendo urgente refletir sobre o que nos espera no futuro”, assegurando que “enquanto puder, e houver oportunidade de utilizar a voz, continuará a abordar este tema”. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Manuel Mico*, que manifestou ter ficado com uma dúvida acerca dos dois milhões referidos para a educação, solicitando, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclarecimentos neste sentido assim como quanto ao que está a ser feito no âmbito da Educação. Referindo-se à questão da água e às obras, “e sendo o PS muitas vezes acusado de só fazer obras nas freguesias do PS”, recordou que estão em curso duas obras grandes. Uma na aldeia de Corujas e outra em Vale da Porca. Sendo esta a forma que o PS desenvolve o concelho e, a propósito de “marasmo” recordou o encerramento de estabelecimentos comerciais grandes, noutros tempos, a título de exemplo a “Estalagem do Caçador” noutro tempo. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Ilídio Alves* que, ainda no âmbito da sessão anterior quando referiu a estrada que liga Soutelo Mourisco a Vilar D’Ouro, fê-lo na qualidade de natural da serra, agradecendo, ao Presidente da Câmara Municipal, em nome dos seus conterrâneos, as obras executadas na estrada de Soutelo Mourisco para Vilar D’Ouro aproveitando para solicitar a sinalização desta para que de futuro seja feita uma intervenção mais assertiva a fim de colmatar algumas das deficiências desta e, se possível, responsabilizar os madeireiros e as empresas de transporte pelos danos causados nas vias das aldeias do concelho. -----

Usou a palavra o Deputado *Cláudio Trovisco* para terminar a intervenção anterior frisando ser importante olhar em redor e ser-se minucioso com o património e pensar o Concelho como um local para viver e não apenas para passar férias. Uma vez que se tem falado em obra, questionou o Executivo acerca do motivo da não conclusão dos jardins do Bairro de S. Francisco, da ausência de movimentações para a eliminação de focos de poluição da ribeira “uma vez que APA afirma, no relatório de desobstrução e limpeza da linha de água, que esta é uma responsabilidade dos municípios e que no caso particular visível de cheiro e aspeto, a obrigação do município é informar a APA e



o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) para proceder às intervenções de uma forma orientada, acerca das vezes que nos últimos seis meses foram feitas manobras de limpeza nas redes de saneamento e águas pluviais: Assim, como e quando, pensam resolver as questões dos terrenos da parte norte do Parque da Cidade?” No que concerne à Zona Industrial congratulou o Executivo pela limpeza efetuada alertando que continua a faltar: toda a sinalética de informação, a melhoria do pavimento na grande maioria dos passeios e vias de circulação e a iluminação da via que foi asfaltada no ano passado junto ao armazém dos medicamentos. Para terminar questionou o Executivo quanto ao ponto de situação da renovação das condutas de água na Amendoeira, onde não são visíveis progressos, quando se sabe que Corujas, Vale da Porta e Castelãos estão a avançar. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Sérgio Borges* que iniciou por colocar uma questão à Vereadora Sónia Salomé, na qualidade de responsável pelo pelouro da Educação. Contextualizando a sua questão com o encerramento dos jardins-de-infância de Podence e de Vale da Porca para interpolar a Vereadora em relação ao jardim-de-infância de Travanca, atualmente com cerca de 14 alunos, para indagar se está previsto, a médio ou longo prazo, o encerramento do mesmo. Usou da palavra o Deputado *Jorge Olaió* para acrescentar que também é natural de uma aldeia, não tendo nada contra as aldeias, e esclarecer que a ideia que tentou passar, na intervenção anterior, é a de que Macedo de Cavaleiros tem que ser a locomotiva das aldeias todas e que toda a dinâmica que as aldeias têm deve ser a reboque de uma locomotiva forte que tem que ser a sede de concelho e a forma de dar corpo a esta dinâmica é a de todos os Presidentes de Junta se juntarem em Macedo de Cavaleiros. -----

A palavra passou para o Deputado *David Martins* que iniciou a intervenção em defesa do Deputado *Miguel Afonso Gomes Reis*, presidente da Junta de Corujas, dizendo que este mantém a palavra inicial e que, enquanto a informação da obra não for plasmada no orçamento, desconhece se a mesma será executada. Relativamente à avaliação acerca do Geopark afirmou que o Sr. Presidente da Câmara se “equivocou” porque existem duas páginas e meia, tamanho A4 com recomendações no relatório: as páginas 36, 37 e metade da página 38 que referem a falta de sinalética, a falta de estacionamento adequado, que só 11 dos 42 goesitos estão a ser bem aproveitados, etc. -----



Cj
ab:

Usou da palavra o Deputado *Ramiro Valadar* para reiterar: “Sr. Presidente e Sra. Presidente da Junta de Vale da Porca, sou contra o encerramento do jardim-de-infância de Vale da Porca e digo que devia ter acontecido o mesmo que em Podence: televisão, manifestação, etc. Ao Deputado *Manuel Olaio* peço desculpa mas *Morais* não tem que andar a reboque de *Macedo*. Temos 100 postos de trabalho diretos na nossa aldeia e não é necessário vir com essas questões para aqui porque até temos reuniões de Comissão Permanente onde decidimos onde são as sessões da Assembleia Municipal. A propósito do alegado mau estar provocado pela verba que o Executivo iria transferir para o apoio ao evento “Festa da Ceifa e da Malha” de *Morais*, o Deputado defendeu que a verba que iria ser transferida representava “um grão em relação ao apoio que o Executivo do PSD transferia”, afirmação que pode corroborar com provas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à autarca de Vale da Porca, membro do grupo parlamentar do PSD, *Carla Miranda* que no uso da mesma, a propósito do encerramento do jardim-de-infância da sua autarquia, expressou que a Junta de Freguesia de Vale da Porca foi contra o encerramento do seu jardim-de-infância e fez tudo o que foi possível para que tal não acontecesse. Adiantando que reuniu em fevereiro com a Vereadora *Sónia Salomé* para “pedir encarecidamente que não o fechassem. Da Vereadora obtive a resposta de que o Executivo não tinha interesse no encerramento, que iriam lutar para que não acontecesse mas, contra – factos não há argumentos. Quem manda é o Ministério da Educação e o jardim-de-infância encerrou, não por falta de luta da autarquia de Vale da Porca nem da Vereadora *Sónia Salomé*. Fui eleita pelo meu povo para fazer o melhor que sei por ele e não para ir de carrinho em guerras políticas”, esclareceu.-----

Usou da palavra o Deputado *Acácio Morais*, membro do Grupo Parlamentar do PS para agradecer as homenagens ao Prof. *Adriano Moreira* e para interpolar o Sr. Presidente da Câmara Municipal a propósito da renovação das Estações Ferroviárias do concelho e averiguar a possibilidade da Estação Ferroviária de *Grijó* ser objeto de igual renovação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos Deputados. -----

No uso da palavra, o edil agradeceu as palavras de apreço do autarca *Miguel Caseiro* lembrando que é “uma obrigação. Estamos aqui para estar ao serviço das



populações”. À Deputada *Maria José Moreno* “que louvou, e muito bem, o trabalho das freguesias e dos seus Presidentes que são responsáveis por quase dois terços do orçamento do município e que gerem orçamentos com muita dificuldade”. Quanto à sinalização, assunto do domínio público, o anterior Executivo deixou onze milhões de euros sinalizados. “Não lhe retiramos o mérito mas nós quase duplicamos o montante. Há que dar o mérito, também a quem se esforça”. Ao Deputado *Rogério* disse que todo o tipo de simulacro de intervenção médica deve ser aceite e estamos disponíveis para colaborar principalmente numa área em que podemos envolver os Bombeiros Voluntários e médicos que possam estar no terreno. -----

Ao Deputado *Daniel Pires*, o líder do Executivo, manifestou o empenho no sentido de encaminhar alguns dos pacientes do Centro de Saúde de Izeda para o Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros comprometendo-se a abordar o Diretor da unidade nesse sentido. ----Remetendo as questões colocadas pela Deputada *Beatriz Pires* e do Deputado *Cáudio Trovisto* para os Vereadores em regime de permanência, *Sónia Salomé* e *Paulo Rogão*, respetivamente, passou a prenunciar-se acerca da intervenção do Deputado *Manuel Mico* e a propósito do voto do Presidente da Junta de Corujas, manifestando: “espero que no próximo orçamento vote a favor. Seria de bom-tom”, frisou. Agradeceu as palavras simpáticas do Deputado *Ilídio Alves* e referiu que a Deputada *Carla Miranda* foi frontal e isenta, louvando a sua postura de criar o bem para todos. Ao Deputado *Acácio Morais* digo que tudo o que podemos fazer para reabilitação do património, com ou sem candidaturas, estamos disponíveis. Agradeço as suas palavras e é nessa perspetiva que as Assembleias se devem encaminhar, com crítica mas trazendo boas ideias para que o Executivo faça melhor”, rematou. -----

Usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* para referir os montantes investidos nas escolas: um milhão no Polo 3; um milhão e setecentos mil euros para uma segunda fase de intervenção que contempla o Polo 2, com uma intervenção semelhante à que foi feita no Polo 3 e a requalificação de toda a cozinha. “Porque tem sido com base nos problemas elencados pelo Deputado *Daniel Pires* que o Executivo tem vindo a lutar para conseguir cada vez mais verbas para solucionar essas questões”, frisou a Vereadora, referindo que uma vez que o refeitório está em obras as refeições estão a ser servidas no Polo 2 com recurso ao Bar. Situação que “foi acautelada e calendarizada em articulação com o Agrupamento de Escolas e com o empreiteiro responsável pela obra. Quanto ao número de refeições, questão levantada pelo Deputado *Daniel Pires*, estas prendem-se com a não tirada antecipada de senhas, por parte dos pais, situação que compromete as refeições dos alunos que saem mais tarde. Os atrasos verificados na obra do Polo 2 foram motivados pela entrega de



alguns materiais. Retomando as obras em curso no Polo 3, a Vereadora referiu que o mobiliário vai também ser substituído, concluindo que as intervenções nos Polos, com duas fases executadas e com uma terceira relativa à criação de salas de dez salas, vai de encontro à estratégia do Executivo no sentido de reorganizar os ciclos, permitindo que o Polo 2 consiga acolher todo o primeiro ciclo, resolvendo os graves constrangimentos a nível pedagógico que têm acontecido. Em relação à escola de Travanca, e respondendo à questão levantada pelo Deputado *Sérgio Borges*, após a reorganização, e consultado o Conselho Municipal de Educação e todos os agentes envolvidos na educação, será tomada a decisão. A propósito do encerramento do jardim-de-infância de Vale da Porca a Vereadora acrescentou que quem determina a colocação de professores é o Ministério da Educação e quando não acontece o Executivo nada pode fazer. Ao Presidente da Junta de Bagueixe recordou que existe um transporte coletivo de passageiros com circuitos diários, que faz o transporte de alunos e que está disponível para a população em geral. -----

A palavra passou para o Vereador *Paulo Rogão* para responder às interpolações a ele dirigidas. A propósito das questões colocadas pelo Deputado *Sérgio Borges* e no que concerne à Rua de S. Bárbara referiu estar em fase inicial a obra da substituição da conduta de água que sai da rotunda dos Cavaleiros até à ponte. Primeiro será executada essa obra. Temos neste momento o projeto urbanístico que contempla a requalificação da rua que vem das escolas, com a compra de um terreno à família Salgado para proceder ao alargamento da via, contempla também a requalificação da Rua de St^a Bárbara até à rotunda dos Cavaleiros e desta à rotunda dos Javalis. “O projeto está elaborado e vamos averiguar se existe a possibilidade de no próximo orçamento, o poder executar. Quanto à estrada de Nogueirinha é intenção do Executivo requalifica-la pois trata-se de um arruamento degradado e com muito movimento. O caminho do Prado irá ser intervencionado”, adiantou o Vereador. Relativamente às questões colocadas pelo Deputado *Cláudio Trovisco* expôs que a Zona Industrial está contemplada no próximo orçamento e, neste âmbito, será efetuada a sinalização, a toponímia e o arruamento inicial. “É ainda intenção executar um cartaz em grande formato que identifique a Zona Industrial que será visível da autoestrada e replicar a situação para a Zona Oficinal”, adiantou. Questionado sobre os ajardinamentos no Bairro de S. Francisco, referiu que estes “não estavam todos contemplados na empreitada. Assim estão concluídos os que faziam parte do contrato os restantes são da responsabilidade da Câmara Municipal. Os serviços do Município estão a tratar da inventariação dos custos inerentes para virem a ser contemplados no



próximo orçamento. A propósito dos focos de poluição da ribeira, neste momento ainda estão dois ativos. Um deles nasce na Caixa Agrícola e outro na Rua Almeida Pessanha. O primeiro acreditamos que conseguimos resolver com os recursos existentes no município ainda este ano. O segundo foco, situado na Rua Almeida Pessanha, será objeto de intervenção no próximo ano, com um projeto elaborado para a situação da rua pedonal e que contempla a intervenção de correção da poluição da ribeira. Acredito que para o ano esta rua vai ser toda esventrada e com a resolução desse problema. Em simultâneo, como já referido pelo Sr. Presidente, existe um projeto elaborado, que aguarda submissão a candidatura, que tem por base a despoluição de toda a ribeira desde Nogueirinha até ao limite do concelho. O orçamento previsto é de cerca de quatrocentos mil euros”, antecipou. Quanto à questão dos terrenos do Parque Urbano, o Vereador adiantou que este é um assunto resolvido pois aquando da negociação dos terrenos com a família Vila Franca o Executivo chegou a acordo tendo sido adquirida uma faixa de terreno, que se encontra com obra em suspenso pela ocupação do espaço de um poste de transformação da EDP, para criar um arruamento e reformular toda a entrada Norte do Parque Urbano sendo que, do outro lado do ribeiro, já foi adquirida uma faixa de terreno à família Batista para aqui construir uma entrada para o Parque da Cidade. De seguida passou a dar o ponto da situação relativamente às obras em curso quanto à execução física e financeira. Assim:-----

- 1- Rede Interfaces – Obra concluída e não rececionada faltando colocar os postes de iluminação pública. Desta obra falta pagar 30.275,00 Euros; -----
- 2- Parque Urbano – A obra ainda não está rececionada nem concluída estando a parte norte suspensa pelos motivos já referidos. Quando fomos para rececionar parte da obra foi elaborado um documento, já submetido a apreciação em reunião de Câmara, onde foram elencadas as deficiências da obra. Assim, a receção de parte da obra só será efetuada após as correções das deficiências elencadas no documento. Desta obra falta ainda liquidar 16. 278,00 euros; -----
- 3- A Reabilitação da Estação Ferroviária está com receção provisória feita. A obra já é da Câmara Municipal assim como a obra do Largo da Estação e as duas totalmente pagas; -----
- 4- O prazo de execução da obra de requalificação do Mercado Municipal é 31 de dezembro. A obra está em curso sendo que neste momento falta pagar 1.754.000,00 euros; -----
- 5- A requalificação da área de Acolhimento Empresarial está praticamente concluída faltando apenas a pintura das vias porque a empresa que viria fazer a sinalização não teve disponibilidade dentro do prazo da obra, de vir executar esse trabalho. Desta obra



falta pagar cerca de 230,000,00 euros; -----

6- Bicity 2 e Zona Envolvente ao Mercado Municipal – obra não rececionado e com trabalho suspenso porque a parte abrangida nesta empreitada tem influência direta com a obra do Mercado Municipal. Esta obra podia ser concluída no entanto a continuidade da obra do Mercado iria danificá-la. Assim, entendemos suspender a obra perto do parque infantil, que faz parte da intervenção e concluí-la logo que as obras do Mercado estejam concluídas; -----

7- Requalificação Urbanística do Bairro de S. Francisco está concluída. Falta pagar 1.700,00 euros. A reabilitação do edificado Lote 2 está concluída, totalmente paga e rececionada e o Lote 1 concluída, paga e com receção provisória; -----

8- A construção do Centro Municipal de Apoio Proteção Civil e Meios Aéreos o prazo de execução da obra é para meados do mês de outubro. Antes de vir para aqui estive com o empreiteiro que me garantiu que vai cumprir o prazo. Desta falta pagar 92.000,00 euros; -----9- A obra de reabilitação da Igreja de Podence está em curso e dentro do prazo, da qual falta pagar 248.000,00 euros; -----

10 – Construção dos Campos de Paddle e de Basquete estão com receção de obra e

11- O loteamento do José António Afonso está a obra concluída, rececionada e paga; -

12- A renovação das redes de água, Lote 2, que diz respeito ao abastecimento de água em Vale da Porca, obra que iniciou agora e que foi adjudicada por 224.951,00 euros ainda sem qualquer pagamento. -----

Após o ponto da situação quanto às obras em curso, o Vereador *Paulo Rogão* efetuou uma breve resenha financeira, á data anterior à sessão da Assembleia Municipal, que revela cumprimento de pagamento a fornecedores num cenário de dificuldades financeiras com cortes de verbas a transferir por parte do Estado de cerca de um milhão de euros.-----

Quanto à tomada de posição do Presidente da Junta de Freguesia de Corujas justificada pelo Deputado *David Martins*, por “não estar contemplada no orçamento” o Vereador *Paulo Rogão* adiantou não ser um argumento válido “porque a informação está contemplada nos Documentos Provisoriais da Câmara Municipal, no Plano e Orçamento deste ano e o Sr. Presidente tinha conhecimento. Esta é uma obra promovida pela Câmara, prevista em orçamento e a prova é que foi objeto de concurso, foi adjudicada e está em curso”, defendeu. Para terminar, “e porque se trata de um assunto já debatido noutros foros e abordado aqui pelo Deputado *Ramiro Valadar* a propósito dos recursos humanos da autarquia, o Mapa de Pessoal de 2017, documento presente em reunião de Câmara de Dezembro de 2016, o município tinha



nessa data 292 trabalhadores com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Hoje a Câmara Municipal tem 309 trabalhadores e destes 61 foram recebidos no âmbito da delegação de competências da educação. Sem esta transferência de competências e de recursos humano, hoje o município teria menos trabalhadores que em 2017. Assim, contrariamente ao apregoado de que estamos a contratar cada vez mais e a meter os amigos, a Câmara Municipal está a fazer mais trabalho e com menos trinta e um trabalhadores o que dá mérito aos trabalhadores da autarquia que é necessário reconhecer-lhe”, esclareceu. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Vereador *Sónia Salomé* para responder à Deputada *Beatriz Pires*. No uso da palavra a Vereadora deu nota que o município está a criar o Gabinete da Juventude, pelo reconhecimento de que o trabalho com a juventude está aquém do que são as intenções do Executivo. Quanto à questão colocada, a propósito do dia 9 de agosto, dia da Juventude, o contacto existiu com o objetivo de marcar o dia com a tomada de posse do Conselho Municipal da Juventude situação que não se verificou por se perceber que havia muitas pessoas de férias e pela questão do início do ano letivo. “Este irá tomar posse muito em breve”, informou a Vereadora. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que os esclarecimentos agora prestados pelo Vereador *Paulo Rogão* já dizem respeito ao ponto dois da ordem do dia pelo que solicitou algum rigor aos Deputados Municipais quanto às questões a serem colocadas, com vista à gestão do tempo e para manifestar a dificuldade da mesa em aceitar a proposta apresentada pelo CDS-PP, nessa qualidade, podendo ser apresentada como recomendação pois trata-se de uma competência da Câmara Municipal em articulação com a Comissão de Toponímia. Neste sentido solicitou ao CDS-PP a reformulação da proposta para recomendação, a ser votada posteriormente, para que o nome do Prof. Adriano Moreira seja atribuído ao Parque Urbano. A porta-voz do Grupo Parlamentar do CDS referiu que a proposta foi elaborada em jeito de recomendação. Assim, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum dos presentes pretendia pronunciar-se, lembrando que não existirá poder vinculativo significando apenas que a recomendação seja tida em conta pela Comissão de Toponímia. -----

Abertas as inscrições registaram-se os Deputados José Madalena, membro eleito pelo PSD e *Manuel Mico*, membro eleito pelo PS. -----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena* que recordou que existem procedimentos



padronizados a seguir, sendo que a atribuição e nomes a ruas, edifícios, espaços, rotundas, etc, é feita pelo Executivo Municipal depois de ouvida a Comissão de Toponímia. “Naturalmente qualquer cidadão e neste caso a Assembleia Municipal por maioria pode fazer uma recomendação nesse sentido e a pessoa em causa é digna de ter o seu nome num espaço como aquele”, rematou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel Mico* que subscreveu as palavras do Deputado *José Madalena* e, na qualidade de porta-voz do Grupo Parlamentar do PS, apresentou uma recomendação de nome para o mesmo local: Parque Urbano Luís Vaz, sugerindo que fossem votadas as duas propostas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que mencionou a dignidade do nome e lembrou que as homenagens deste género, por norma, não se fazem em vida e que ainda não tinha havido discussão acerca do nome, para o espaço, em reunião de Câmara uma vez que o parque ainda não está concluído e que “era intenção do Executivo propor o nome do ex-autarca Luís Vaz, pessoa que dedicou oito anos de trabalho ao município e sem qualquer homenagem neste concelho”. Assim, e tendo a Deputada *Jacinta Lopes* apresentado uma recomendação com o nome do Prof. Adriano Moreira, que aceita por ser justa, o edil recomendou a atribuição do nome do ex-autarca Luís Vaz, ao Parque da Cidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou se o Regulamento de Toponímia ainda estava em vigor porque este proibia a atribuição de nomes de pessoas vivas aos espaços públicos do município. Assim, se o regulamento ainda estiver em vigor esta recomendação não poderá ser votada. -----

Usou a palavra o Deputado *Ramiro Valadar* para ajudar a esclarecer a questão levantada, corroborando a existência do Regulamento de Toponímia que refere não ser possível a atribuição de nomes de pessoas vivas a ruas, avenidas, bairros, loteamentos e rotundas para concluir que a recomendação só poderá ser votada se houver uma alteração ao Regulamento de Toponímia. Ainda dentro da temática, a palavra foi passada ao Vereador *Paulo Rogão* que referiu a existência de um regulamento, em vigor e disponível no site do município a versão de 2014 que no art.º 3.º diz: “Para efeitos do presente Regulamento, nomeadamente dos art.º 20º e 21º define os conceitos de: alamedas, arruamentos, avenidas, beco, estrada, largo, praça,



rua, travessa, rotunda e bairro e, no art.º 10.º, que estabelece as regras de atribuição de topónimos refere, no n.º2:“não se atribuíram antropónimos de personalidades sem ter decorrido um ano da data da sua morte.” O Regulamento é claro e a recomendação cai por força da aplicação do mesmo”, frisou. -----

Após a explicação o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a retirada da recomendação apresentada pela Deputado Jacinta Lopes até uma próxima sessão e depois de consultar a Comissão de Toponímia e o Regimento da mesma. Posto isto concedeu 10 minutos de intervalo. -----

Retomados os trabalhos da 4ª sessão ordinária, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Jacinta Lopes* que apresentou um protesto à mesa por considerar que “existem regras que devem ser cumpridas”, assim, acerca da recomendação apresentada, não importa se é ou não exequível, sendo que a mesa não pode suspender uma recomendação. Ao protesto apresentado à mesa, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que a recomendação estará referida em ata e o art.º 21 do Regimento desta Assembleia refere que compete à mesa deliberar sobre as questões de interpretação e integração do regimento. Na existência de dúvidas da mesa perante a matéria, esta decidiu não aceitar a recomendação. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 2.1- Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade municipal no período compreendido de 09 de junho a 16 de setembro, elaborada nos termos do disposto no n.º 2 alínea c) do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Daniel Pires*, porta-voz do grupo parlamentar do PSD, *Jacinta Lopes*, porta-voz do grupo parlamentar do CDS-PP, *Manuel Olaio*, do grupo parlamentar dos “Unidos por Macedo” e *David Martins*, membro eleito pelo PSD. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Daniel Pires* que relativamente ao ponto 2.1. no que se refere às reuniões do executivo com as várias instituições, e no seguimento da última Sessão da Assembleia Municipal, onde o tema da violência noturna foi referido várias vezes, solicitou mais informações quanto às reuniões com a GNR nomeadamente quanto aos temas abordados: como



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

vai acontecer o reforço da vigilância noturna e diurna por parte destas forças de segurança; qual o real reforço de efetivos para o quartel de Macedo de Cavaleiros e se está em condições de assegurar, como referido na sessão anterior, que iremos ter em Macedo uma unidade especial de investigação ou de intervenção. Ainda no âmbito das reuniões, mas no contexto obras, o Deputado manifestou preocupação e dúvidas sendo que na sessão anterior da Assembleia Municipal foi feito um resumo das obras em curso e ponto de situação da sua execução física e financeira, com uma variação entre 7%, relativa ao Mercado Municipal e os 100%. Hoje as taxas já foram atualizadas mas, em relação às obras em execução com atrasos significativos e taxas de execução mais baixas questionou: “com os prazos a derrapar partindo do princípio de que os atrasos são da empresa adjudicatária de empreitada não acresce taxa ao valor final da obra, conforme informação já veiculada? Em contexto de inflação e de preços das matérias-primas a disparar não será de esperar que as empresas, aquando da entrega da obra, possam fazer uma atualização do preço final da obra? Quanto pensam vir a pagar a mais após as contas feitas?” Questionou. -----

Usou da palavra a Deputada *Jacinta Lopes* para manifestar dúvidas em relação à reunião com o Instituto Jean Piaget onde é referida a atribuição de bolsas de estudo para os estudantes dos Palop`s para questionar o Executivo sobre que “alunos são esses e a que dizem respeito estas bolsas agora atribuídas”. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Olaio* para, no mesmo sentido da intervenção do Deputado *Daniel Pires* questionar o Executivo quanto ao aumento de efetivos da GNR, como será feito o patrulhamento de proximidade e qual é a participação dos municípios na vinda dos “Lusos SAD” para Macedo de Cavaleiros, “sendo esta uma questão que levanta dúvidas a muita gente até porque o sintético está atrasado”, manifestou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *José Madalena* que antes da intervenção apelou ao bom senso manifestando que ficou muito triste com os acontecimentos da última Sessão da Assembleia Municipal e com os excessos de ambos os lados intervenientes, tendo o Sr. Presidente obrigação de ter outro tipo de comportamento, que depois de um insulto público a um Deputado Municipal devia ter a humildade de pedir desculpas públicas e de cumprir o Regimento da Assembleia que diz que o Presidente da Câmara Municipal tem que responder aos Deputados e só delega nos seus Vereadores de Pelouro quando for necessário. Quanto ao assunto da Educação



e a respeito das obras executadas no Polo 3 e em execução no Polo 2, trata-se de “obras que já vinham a ser projetadas de trás e ampliadas pelo atual Executivo”, para salientar que a Educação é uma aposta estratégica para qualquer terra, não fugindo Macedo de Cavaleiros à regra tendo sido feita uma aposta em relação ao Ensino Superior Público, alimentando ainda a esperança de que venha a ser uma realidade mas, “após a saída de resultados das colocações verificou-se que o IPB teve a colocação e 1.152 novos alunos mas infelizmente os cursos técnicos superiores de Macedo de Cavaleiros ficaram às moscas”. Neste contexto manifestou a existência de dúvidas nomeadamente quanto à intervenção do município na escolha dos cursos apresentados pelo IPB, nomeadamente se existe alguma avaliação ou estudo de mercado que suporte a oferta formativa e quanto tempo mais até acertar num curso que atraia alunos? “A licenciatura de fisioterapia da Escola de Hotelaria de Chaves, do IPB, foi acreditada e arrancou com 25 alunos. Foi uma grande pena que Macedo de Cavaleiros não tenha apanhado esta oportunidade porque aqui existem condições. Quero referir ainda, outra notícia de fevereiro de 2020, ainda presente no site do município, que dá conta do apadrinhamento do Ministro na recuperação da antiga residência de estudantes. Assim, decorridos que estão quase três anos gostaria que o Sr. Presidente me desse um ponto da situação quanto a este assunto”, questionou o Deputado passando a aludir à existência, “no Prado de Cavaleiros, de uma ferida urbana desde o tempo do *Luís Vaz*, um edifício que nunca teve utilização e que fica muito mal, devendo ser escondido porque está numa zona bonita e muito visitada da cidade. Sei que há culpas repartidas, já passaram muitos mandatos mas está na hora de atuar ali e tratar de tapar a ferida”, rematou -----

A palavra foi passada ao Deputado *David Martins* que abordou o tema da reavaliação do Geopark e a visita dos avaliadores, que aconteceu no mês de julho para assim “encerrar o assunto”. Assim, “o Sr. Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção antes da ordem do dia disse não terem havido recomendações na reavaliação. A verdade é que elas existem e constam do relatório. Vou centrar-me na recomendação a propósito do jardim-de-infância passado a ler um trecho do documento, que se transcreve: “Quando da visita recebemos cartas de vários habitantes de aldeias do Geopark que manifestam a preocupação da intenção do Município Macedense de encerrar o jardim-de-infância de Podence para a construção de uma oficina de artesanato e instalações sanitárias. Em caso de encerramento do espaço, crianças muito pequenas, de 3 a 5 anos, precisam de viajar de autocarro todos os dias para Macedo de Cavaleiros. Este relatório é do conhecimento da Câmara Municipal que já o tornou público na página do facebook durante cerca de



uma hora. Nesta matéria os auditores fazem uma recomendação: “A maioria dos Geoparks na Europa e em todo o mundo estão instalados em áreas rurais com problema do despovoamento dos povos locais. O principal papel de cada Geopark é garantir o desenvolvimento sustentável do território com base num rico património geológico. Problemas sociais, saúde e educação são a parte mais importante do trabalho, em cada área do Geopark, e seu postulado para manter famílias jovens em áreas rurais. Por isso levamos muito a sério esse tipo de advertências no terreno. Entendemos que a população local vê o Geopark, através do município, em relação a decisões e iniciativas especialmente na afirmação turística, na educação ou a questão do Jardim-de-infância. Já pedimos explicação à autoridade do Geopark sobre esta carta e disseram que a creche da aldeia de Podence era utilizada apenas por seis crianças e tendo em conta a legislação existente em Portugal é encerrar devido à rentabilidade. Também tentam explicar que esta iniciativa é promovida por confrontos políticos locais no entanto, a sugestão para o Geopark e município é encontrar soluções satisfatórias para ambos os lados. Encontrar a maneira de manter o jardim-de-infância no prédio e ao mesmo tempo fazer um grande projeto sobre a oficina de artesanato de máscaras tradicionais na UNESCO aldeia protegida, Podence. Quando visitamos a vila vimos muitos edifícios na rua principal que são adequados para a realização do projeto da oficina de artesanato. Também o edifício do jardim-de-infância, por nossa estimativa, é grande o suficiente para seis crianças e para o espaço da oficina de artesanato ao mesmo tempo. A coexistência é realmente possível”. “Fica assim demonstrado, com este trecho do relatório que quem faltou à verdade foi o Geopark e o município de Macedo de Cavaleiros e não eu”, rematou. ----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que respondesse às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, e a propósito das questões colocadas no âmbito da reunião do Executivo com a GNR, o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os assuntos em cima da mesa foram a vigilância, o policiamento dos espaços públicos, as preocupações do efetivo e a vinda do destacamento de intervenção rápida, que servirá todo o distrito mas que ficará sedeadada em Macedo de Cavaleiros. “Noutros tempos perderam-se forças de segurança e o Executivo atual está a consegui-las, invertendo o sentido da tendência, com a vinda de catorze efetivos. -----



Quanto à preocupação acerca da execução das obras em curso na cidade, sendo considerada pela CCDRN os 65% como boa taxa de execução e tendo o resumo do Vereador *Paulo Rogão* mostrado que grande parte destas estão executadas a 100%, sendo a obra do Mercado Municipal a mais atrasada em termos de execução, o autarca conclui que o município apresenta uma das melhores taxas de execução de obra do país, a rondar os 80% de taxa de execução, não sendo preocupação já que os prazos terminam em julho de 2023. -----

Relativamente à questão colocada pela deputada *Jacinta Lopes*, no âmbito da reunião com o Instituto Jean Piaget, o edil elucidou que este é um dos estabelecimentos de formação profissional mais ativo no município, onde, diariamente, circulam cerca de 100 pessoas. Para alimentar esta instituição existe o recurso a alunos dos Palop`s que ao abrigo do protocolo de geminação com S. Tomé e Príncipe, “o município disponibiliza uma bolsa de apoio para que estes jovens trabalhem para alimentar as nossas empresas e que possam emancipar-se e fixar-se aqui, aumentando a nossa massa demográfica e de mão-de-obra”, esclareceu remetendo a questão colocada pelo Deputado *Manuel Olaio* para o Vice-Presidente, responsável pelo pelouro do desporto. -----

Ao Deputado *Manuel Madalena* adiantou que sempre pautou a sua postura pela humildade, “uma característica inata mas que chegou ao limite de tolerância tendo alertado, várias vezes, publicamente, que quando saísse dos parâmetros razoáveis admissíveis não alinharia. Assim, o tipo de eloquência que aqui se utiliza não é compatível com os meus parâmetros e como tal não vou aceitar nem responder até ao dia em que perceba que a postura mudou pois não aceito ofensas à pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e esta é a minha forma de repudiar essa postura”, frisou, reiterando que nenhuma questão ficaria sem resposta. -----

Acerca da oferta formativa, e no âmbito das questões colocadas pelo Deputado *José Madalena*, os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP`S) que inicialmente abriram foram impostos. “Os cursos que abriram agora foram de encontro às nossas ambições com um nicho que criasse alguma atratividade porque estamos a criar um núcleo de Proteção Civil. Não queremos alargar muito a oferta. A licenciatura que está a ser ministrada no polo do IPB em Chaves foi preparada pelo SIDEup. A deslocalização para Chaves foi uma opção estratégica do próprio Instituto e estamos a falar de uma euro-cidade com mais capacidade de atratividade e com *aqua-valor*. Nesta sequência vem a reabilitação da Residência de estudantes, com protocolo assinado que cai por terra”, elucidou. A propósito da “ferida urbana” mencionada pelo Deputado, o edil concorda com a observação e com a necessidade de intervir, apontando a consulta pública como uma possibilidade para encontrar uma solução



para o edifício. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente** para responder às questões colocadas pelo deputado *Manuel Olaio* a propósito da parceria com a equipa Lusos. Assim, o Sr. Vice-Presidente elucidou que a equipa em causa procurava no concelho um local onde pudesse materializar o seu desempenho desportivo na classe sénior. Esteve em várias cidades do distrito (Carrazeda, Alfândega e Vila Flor) onde obtiveram a receptividade dos respetivos Vereadores do desporto. O Presidente da Associação da Liga Portuguesa do Futebol Profissional, Dr. Mário Costa, reuniu com o Executivo e com o Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, gostaram das condições do campo, têm conhecimento da possibilidade do campo sintético e do facto de este clube ser o único no distrito com quatro estrelas no âmbito da Liga Portuguesa de Futebol, o que lhe dá acesso às bolsas. Assim, “vamos ser uma barriga de aluguer para esta equipa” porque querem utilizar a liga distrital de Bragança para subir de divisão até chegarem à segunda liga”, admitiu o Vice-Presidente. Trata-se de uma equipa gerida por investidores com o objetivo de dar relevância aos atletas juniores e seniores provenientes dos Palop`s, da Colômbia e do Brasil, sendo uma escola de futebol profissional com um intuito mercantil para lançar jogadores para o mercado internacional, advertindo para a “possibilidade de correr bem ou mal. A correr mal, o custo do município é de água quente de 15 em 15 dias e algum desgaste do relvado, sendo que o contrato contempla o tratamento do relvado, que custa ao município de dois em dois anos, dez mil euros. Vai ser celebrado um contrato entre o Clube Lusos e o Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros que salvaguarda que a partir do momento em que os Lusos vão subindo de liga o Clube Atlético vai usufruir de jogadores desta equipa. Por último, e a mais importante, este clube gere uma academia de futebol, localizada em Vila Nova de Famalicão, com cerca de 150 atletas, provenientes de todo o mundo, a quem dão apoio académico e desportivo e com uma ligação direta com o Rio Ave e o Sporting de Braga. O interior possui algumas limitações ao nível desportivo, fruto da nossa interioridade e para nós é muito importante que um jovem de Macedo de Cavaleiros que tenha potencial terá aqui um canal aberto para poder profissionalizar uma carreira, constituindo-se como uma oportunidade para os atletas locais. Por último, uma condição que irá ficar vinculada em contrato, que durante 10 anos, esta equipa terá que usar o nome “Lusos Macedo de Cavaleiros”, independentemente da divisão em que estejam a jogar, sob pena de ter que pagar uma multa à Associação de Futebol de Bragança. Se subirem de divisão o nome de Macedo de Cavaleiros será projetado a nível nacional sem



custos”, terminou o Vice-Presidente adiantando que o Executivo identificou nesta parceria uma oportunidade de sucesso para os jovens do concelho. -----

A palavra foi passada ao Vereador *Paulo Rogão* para responder às questões que lhe foram colocadas. Assim, e a propósito das bolsas de estudo atribuídas aos estudantes dos Palop`s estas acontecem ao abrigo de uma parceria existente com o Instituto Jean Piaget no sentido de apoiar financeiramente alguns alunos vindos dos Palop`s para cursos que o instituto promove. A propósito do relatório de reavaliação a UNESCO e ao documento lido pelo Deputado *David Martins*, o Vereador indagou acerca da origem do mesmo já que o Executivo não tem conhecimento de tal relatório passando a resumir a informação que o Executivo possui: “Estiveram cá os avaliadores, fizeram a avaliação e elaboraram um relatório que ainda não é do domínio público. A informação que temos é que é positivo para o Geopark- Terra de Cavaleiros. Este relatório vai ainda ao Cônsul para ser apreciado e depois à UNESCO para ser validado. Validação essa que só virá em abril do próximo ano. Que documento veio aqui ler? Nós não temos conhecimento do documento nem das recomendações. Desafio o Sr. Deputado a dizer que relatório é esse. Se esse documento é fidedigno o Sr. Deputado tem mais informações que a Câmara Municipal”, frisou.-----

A palavra foi passada ao Deputado *David Martins* que afirmou que o documento que leu esteve publicado no facebook do município durante cerca de uma hora. A esta informação o Vereador *Paulo Rogão* retorquiu que, sendo assim, o documento lido pelo Deputado *David Martins* é uma notícia e não um relatório, contundo “o Sr. Deputado tem mais informação do que a Câmara Municipal. Como o documento do projeto de despoluição do ribeiro. Esse documento foi mandado elaborar pela Câmara mas quando chegamos, em 2017, não havia documento algum. E o Sr. Deputado tem-no e trá-lo agora? Nunca discutimos que o Executivo anterior trabalhou esta matéria mas também constatamos que houve a oportunidade de o candidatar e não foi feito. É de estranhar que o Sr. Deputado tenha documentos do Executivo anterior que não existem no município”, rematou.-----

A palavra foi dada ao deputado *Manuel Olaio* que reportando-se à explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente, a propósito da equipa de futebol “Lusos”, adiantou que o centenário Clube Atlético deixará de existir, ficando apenas com o atletismo e as palmas vão para os Lusos. -----



Pediu a palavra o Deputado *Daniel Pires* que tendo compreendido as explicações do Sr. Vice-Presidente pretendeu colocar questões quanto à temática: Se os Lusos subirem até à segunda liga vão jogar em Macedo de Cavaleiros? Os atletas residem aqui? Os atletas mais pequenos, como o meu filho, não irão ficar prejudicados?" Inquiriu. -----

Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para responder às questões colocadas pelos Deputados *Manuel Olaio* e *Daniel Pires*, reiterando que Macedo é uma "barriga de aluguer para os Lusos" e que existe consciência disso mas, se não jogassem em Macedo de Cavaleiros iriam jogar a Alfândega da Fé ou a Vila Flor e que a presença deste clube em Macedo de Cavaleiros não irá só colidir com o Clube Atlético mas com todos os Clubes que jogam na distrital. "O que se fez foi pesar as vantagens e as desvantagens da vinda destes para a nossa cidade", retorquiu. Ao Deputado *Daniel Pires* e às preocupações por este manifestadas, o Sr. Vice-Presidente adiantou que a equipa terá que jogar em Macedo de Cavaleiros independentemente da liga em que estiverem sob pena de serem sancionados. Em relação aos mais pequenos, o espaço onde treinam é provisório. "Todos sabemos que somos penalizados pela interioridade e tomara eu que viessem bater à porta clubes similares a este de Voleibol, andebol, de futsal, de ténis, de paddle. Sim porque os campos foram muito criticados e agora toda a gente quer jogar. É extraordinário para os jovens terem aqui um canal que os pode ajudar", rematou, salvaguardando sempre a possibilidade de poder correr mal. -----

Ponto 2.2 - Documentos previsionais de 2022 – Alteração Modificativa - Proposta: Deliberação nos termos do disposto no n.º 1 alínea a) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de setembro de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 07-09-2022, que se transcreve. -----

“ Justificação -----

O Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. -- A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental – trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----



Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos às GOP'S do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede à inscrição de mais receitas e consequentemente mais despesas, assim como à sua anulação, resultando alteração ao montante inicial global das GOP'S. -----

-Concretizando. -----

Ao nível da anulação da receita -----

- i) Anulamos ações que se previam executar e com contrapartida financeira externa. ---
- ii) Fazemos ajustamentos de contrapartida financeira externa, resultante de alterações do percentual de comparticipação. -----
- iii) Procedemos à correção do valor das transferências dos Orçamento do Estado para o ano de 2022. O município, face ao ano anterior, recebeu menos 1.101.396 euros. ----

Ao nível da correção de arrecadação de receita -----

- ii) Criamos rúbrica não prevista no orçamento inicial para arrecadar a receita referente ao COVID 19. -----

Ao nível da anulação da despesa -----

- i) Procedemos à anulação de ações que não vão ter execução. -----
- ii) Procedemos à anulação de ações que evidenciam saldos resultantes da sua execução. -----

Ao nível de nova despesa, por força de novas ações -----

- i) Contemplamos uma ação de carácter plurianual referente ao novo procedimento de fornecimento contínuo de combustível para as viaturas municipais. -----
- ii) Procedemos a alterações solicitadas por Juntas de Freguesia (Peredo e Vale da Porca) referente a investimentos já contratualizados. -----

Em resumo: -----

-O movimento global desta modificação apresenta os seguintes valores: -----

- a) Receita: -2.242.860,25 euros -----
- b) Despesa: -1.141.464,25 euros -----

Uma nota final para o seguinte facto: o corte verificado ao nível das transferências do Orçamento do Estado para o ano de 2022, transversal a todos os municípios, aliado ao momento de instabilidade que o mundo atravessa, resultante da guerra na Ucrânia, determinará, forçosamente, o desequilíbrio orçamental deste exercício, salvaguardado por via do art.º 103.º, n.º 3 da LOE 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho). Por via deste normativo, o princípio do equilíbrio orçamental é suspenso no exercício em curso para toda a Administração Local. -----

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento



[Handwritten signatures]

do disposto no art.º33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.”-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 07-09-2022, nos termos apresentada, com a abstenção dos Srs. Vereadores eleitos pela coligação PSD-CDS: *Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Maria João Gonçalves*. -----

Usou a palavra o Vereador Paulo Rogão para efetuar uma breve explicação dos documentos apresentados. Assim, a presente revisão provisional, anteriormente designada por revisão ao orçamento, explica-se pela alteração nas fontes de receita em três aspetos: 1º- Foram anuladas algumas ações contempladas em orçamento objeto de financiamento comunitário que após detetada a impossibilidade de concretização no espaço temporal estão a ser anuladas e automaticamente a receita; 2º Ajustes de participações de fundos comunitários sendo a fatia mais significativa a redução de transferências do orçamento de Estado de 1 milhão cento e um mil e trezentos e seis euros. Acontecendo o sentido inverso noutras rubricas com previsões iniciais abaixo do que se tem verificado e que estão atualizadas nos documentos apresentados e ainda a criação de uma nova rubrica relativa ao Covid 19 que tem sido objeto de receita, não tendo sido contemplada no orçamento inicial; 3º Anulação das despesas inerentes aos projetos não executados e ainda pequenos ajustes relacionados com obras já concluídas. -----

O Vereador alertou para o fato de no final do exercício do ano corrente, a título excepcional, deliberado pelo Governo, com os cortes que fizeram ao nível das transferências, o princípio de equilíbrio das contas não se vai verificar. Ou seja, no final do ano este equilíbrio orçamental, que significa equilíbrio entre despesa e receita, poderá não ser cumprido porque os municípios do interior terão dificuldade em gerar receita para manter o equilíbrio em relação ao deficit. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o Deputado *José Madalena* que manifestou agrado pela explicação do Executivo e salientou o corte de transferências como principal marca do documento, não imputável à Câmara mas com penalização na capacidade de endividamento. “Na linha que tem sido a nossa posição relativamente às grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2022 iremos abster-nos pelas mesmas razões que o fizemos anteriormente: a falta de investimento em algumas freguesias, embora reconheçamos um passo positivo que foi a renovação das condutas de água na rua principal de Corujas”, adiantou. A intervenção do Deputado



foi entregue à mesa, dá-se como transcrita e fica apensa ao presente documento identificada como anexo III.-----

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado *Manuel Mico* que referiu que a atual revisão o remete para o início do primeiro mandato do PS onde houve a necessidade de fazer contas negativas mas que é preferível ser-se sério do que esconder os números que aparecerão mais tarde, não sendo possível fazer milagres perante o corte de transferências do Estado O Deputado manifestou ainda a preocupação quanto ao orçamento para o ano 2023 perante o agravamento do preço dos combustíveis e da energia e o contexto de guerra em que se vive, apelando ao bom senso de todos na elaboração do documento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 39 votos a favor e com 19 abstenções, aprovar a informação nos termos apresentada. -----

Ponto 2.3 - Adesão do Município à Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE) - Proposta: Deliberação nos termos do disposto n.º 1 alínea n) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de setembro de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo José Castro Rogão*, datada de 22-08-2022, que se transcreve. -----

“ A APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, conforme estatutos sociais que anexo, que tem, entre outros, como objetivos e linhas de atuação: -----

Promover a cooperação entre as entidades gestoras das Áreas de Localização Empresarial em todo o território nacional -----

Articular e especializar a oferta das ALE, tendo em vista a atração e fixação de mais investimento nacional estrangeiro no país -----

Promover a eficiência do investimento público e privado, beneficiando de ações e vetores de atuação comuns, de sinergias e recursos conjuntos -----

Contribuir para a difusão de boas práticas de gestão territorial e ambiental -----

Dar visibilidade à oferta nacional de parques empresariais de forma equitativa, utilizando uma plataforma específica -----



Congregar associados Públicos e Privados de parques empresariais -----
Promover a qualificação das áreas empresariais, definindo uma escala de indicadores que impulsiona a qualificação dos espaços -Partilhar e divulgar boas práticas de gestão, de qualificação, ambientais e de promoção de áreas de localização -----
Refletir e recomendar políticas públicas para uma estratégia nacional de desenvolvimento destes espaços -----
Articular a comunicação entre os diferentes atores do ecossistema das Áreas de Localização Empresariais e dos Parques Empresariais -----
Para o triénio 2021-2023 integram os órgãos sociais as entidades a seguir identificadas: ---Mesa da Assembleia Geral -----
MPE – Madeira Parques, Empresariais Sociedade Gestora, S.A.; Presidente -----
PCTTER – Assoc. Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – Terinov, Vice-Presidente -----
Sílvia Calvela Alves, Secretária -----
Direção -----
AICEP Global Parques, Gestão de Áreas Empresariais e Serviços S.A., Presidente Tecparques, Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia, Secretário Joana Rodrigues de Almeida, Tesoureiro -----
Órgão de Fiscalização -----
Fiscal Único -----
Tendo como fundamento os objetivos e linhas de atuação já referenciados, entendo ser de interesse municipal a integração do município de Macedo de Cavaleiros como associado desta Associação, sinalizando o Parque Empresarial de Macedo de Cavaleiros, bem como a Zona Oficial de Travanca, como infraestruturas empresariais do município a potenciar através desta Associação. -----
Os Encargos daí decorrentes são os seguintes: joia inicial no valor de 250€ e quota anual no valor de 1.000€. -----
Para o fim em vista e efeitos do art.º 33, n.º1, alínea s) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de formalizar pedido de autorização, à Assembleia Municipal, para que o município integre a Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE).” -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Paulo Rogão, nos termos apresentada. -----

Usou da palavra o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** para explicar o teor da proposta submetida a apreciação do plenário. Assim, o Município recebeu uma



proposta para aderir à Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE) no sentido parques do Concelho de Macedo de Cavaleiros estarem sinalizados numa plataforma que dá acesso a empresários de todo o mundo sendo possível a venda de espaço disponível a investidores estrangeiros e/ou nacionais. Trata-se de uma plataforma, atualmente com o patrocínio do AICEP, que nos vai permitir tornarmo-nos mais atrativos e apelativos”, frisou o edil. -----

Abertas as inscrições, usou da palavra o Deputado *Duarte Dias*, do grupo parlamentar do PS que considerando a visibilidade que a adesão poderá proporcionar questionou o Executivo quanto ao plano de desenvolvimento e crescimento da Zona Industrial e quais as empresas que se estão a instalar de novo. “Somos um ponto estratégico no Nordeste Transmontano em virtude da nossa localização geográfica e das vias de comunicação que aqui convergem e lanço o desafio: porque não fazer um Porto Seco em Macedo de Cavaleiros? Porque a participação numa plataforma não é suficiente. Há que ter um plano estratégico e dotar a Zona Industrial, com argumentos válidos para a tornar atrativa. Aproveitando a intervenção para referir o contexto de guerra existente e tendo em conta que o orçamento para 2023 será discutido na próxima sessão da Assembleia Municipal a criação de um pacote social para ajudar as pessoas que mais precisam em Macedo de Cavaleiros porque as crises combatem-se com austeridade mas também com solidariedade” referiu.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada *Daniela Rebelo*, membro eleito pelo grupo parlamentar do CDS-PP que, “uma vez que o tema Juventude já aqui foi abordado gostaria de lembrar a todos sobre a semente política que ambicionamos plantar nos nossos jovens sendo a nossa postura aquilo que os aproxima ou afasta da política por isso, humildemente, peço que não entremos no registo da ofensa direta que em nada dignifica esta casa e o futuro do nosso concelho”. Passando ao tema em debate, a Deputada referiu que esta adesão suscita “expectativa e dúvidas” Expectativa pelo facto da direção ser do AICEP, com excelentes referências com o bom trabalho desenvolvido no Parque Industrial da Região de Setúbal sendo que as dúvidas advêm da falta de compreensão do plano concreto além das linhas gerais e atuação apresentadas, questionando o Executivo quanto ao “que virá a seguir, no imediato? Como é que a APPE vai colmatar as necessidades empresariais do nosso concelho além da presença na referida plataforma? Existe já uma estratégia que possam partilhar connosco? No caso da Zona Oficial, que já está preenchida, como será beneficiada? Que recursos podemos ir buscar à APPE? Ainda neste sentido e utilizando como referência um dos objetivos



da APPE: “partilhar e divulgar boas práticas de gestão, de qualificação, ambientais de promoção de áreas de localização” contudo a nossa Zona Industrial ainda não se encontra concluída. Atendendo a esse facto ainda é possível aplicar uma visão renovada, eficiente e sustentável? Terminando enfatizando que os municípios que promovem a sustentabilidade estão a investir na qualidade de vida da sua população, aumento da atratividade não só dos parques empresariais e dos seus territórios e o CDS acredita nesta nova visão e para o que ainda for a tempo, dando ainda uma voz mais audível na concretização da ligação rodoviária com a Godinha, Espanha e quem sabe introduzir aqui um novo sonho, de uma voz audível para a ligação ferroviária de mercadorias com Espanha”, terminou.-----

Usou da palavra o Deputado *Cláudio Trovisco* que manifestou a satisfação com a inclusão da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros na plataforma que já conhece. Sendo que as Zonas Industriais são motores “ essenciais na economia de qualquer concelho e o nosso não é, nem pode ser, exceção, mas é necessário ter presente que a exposição obrigada à concretização de todos os pontos elencados pelo Vereador *Paulo Rogão* e pelo Executivo se torne uma realidade”, manifestando a preocupação com estado de progresso da Zona Industrial que de momento não seja o melhor cartão-de-visita para que todo o processo seja um sucesso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas. -----

No uso da palavra o autarca referiu a importância da Zona Industrial e um dos vetores estratégicos do plano de ação para os próximos anos sendo já pequeno para as necessidades reais. “Não fosse a ocupação de lotes como tem sido e um planeamento pouco ambicioso da primeira zona industrial em que os lotes eram demasiado pequenos. Por esse motivo apresentamos o Plano de Expansão da Zona Industrial com lotes à medida. Neste momento, dos quatro lotes que foram agora submetidos a apreciação em reunião de Câmara, um deles já é no conceito de Lote à medida da empresa, um conceito interessante desenhado por um arquiteto do Lombo e o futuro será esse. Já temos quatro empresas de áreas diferentes para se instalarem na Zona Industrial e conseguimos obter a reversão de alguns lotes. Neste momento e indo ao encontro da questão colocada pela Deputada Daniela Rebelo, esta adesão à APPE pode mostrar que temos dois polos de investimento. Um praticamente ocupado e outro com grande procura situação que pode levar a um ciclo vicioso que pode transformar o



nosso Concelho. Neste momento o plano de expansão é moderno e à medida e em breve teremos resultados da nossa aposta. Vamos continuar a lutar pela plataforma regional de logística, tendo consciência de que nos falta a força que reside na massa demográfica e na massa política. Queremos uma zona industrial moderna e para isso vamos melhorar o pavimento e os acessos, a iluminação, a informação com a colocação de painéis informativos e ter uma zona apelativa com um grande painel tridimensional bem visível que identifique a Zona Industrial”, rematou deixando, ainda, um repto aos empresários presentes para que continuem a apostar nos lotes que têm ou o Executivo terá que proceder à reversão dos mesmos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. -----
DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Adesão do Município à Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE), nos termos apresentada. -----

Ponto 2.4- SAÍDA DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS DA “ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS – EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR” – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de setembro de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 22-08-2022, que se transcreve. -----

A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, em sessão de 28-02-2008, autorizou o Município a integrar a Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Na identificação dos Objetivos desta Associação, é determinado no art.º 7.º dos correspondentes estatutos que “os propósitos de objetivos do Eixo Atlântico enquadram-se no âmbito da cooperação transfronteiriça e determinam-se mediante o levantamento dos problemas de ordem económica, social, técnica e cultural e pela procura das melhores soluções para os resolver”. -----

-Consequente, os eixos prioritários de atuação incidem no “Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Inovador, Turismo, Política Social e Cultural entendida como a promoção de todo o tipo de atividades sociais, culturais e desportivas que se identifiquem com as raízes e identidade dos municípios e entidades da Administração Local membros e que favoreçam a coesão do sistema urbano da Euro-Região Norte de Portugal-Galiza e Políticas Urbanas. -----

A concretização do exposto efetua-se, supostamente, mediante a realização de



“Estudos, planos, programas e projetos, mormente os que sejam suscetíveis de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional”, bem como através de “Formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento dos respetivos territórios fronteiriço”. -----

O valor da quota anual de participação no corrente ano de 2022 aumentou para 10.500 € (dez mil e quinhentos euros), tendo o Município desde o ano 2008, data da respetiva adesão ao Eixo Atlântico, liquidado o montante total de 144.000 € (cento e quarenta e quatro mil euros). -----

Considerando os objetivos supra descritos e constatando-se que esta entidade não desenvolveu qualquer ação ou iniciativa relevante em prol do território do Município de Macedo de Cavaleiros, verificando-se que, estrategicamente, a atuação do Eixo Atlântico tem estado direcionada para os grandes centros urbanos, nomeadamente, Porto, Guimarães, Corunha e Santiago de Compostela, foi então deliberado em Reunião da Câmara Municipal realizada a 17-10-2019, aprovar uma Proposta no sentido de o Município deixar de participar na mesma. No entanto, aquando da respetiva apreciação pela Assembleia Municipal na sessão realizada a 27-12-2019, em fase das intervenções efetuadas durante a discussão deste Ponto pelo Órgão Deliberativo, entendi retirar a Proposta para melhor apreciação. -----

Volvidos praticamente três anos, constata-se que, efetivamente, se mantêm os mesmos pressupostos que estiveram na génese da Proposta inicial, ou seja, a Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular não desenvolveu nenhuma iniciativa com impacto direto ou que tenha tido repercussão no território do Município de Macedo de Cavaleiros, não tendo também obtido qualquer resposta à missiva em que se alertou a Associação no sentido de mudar de estratégia, focando a sua intervenção noutros territórios que igualmente a integram. -----

Nesta conformidade, considerando que o Município de Macedo de Cavaleiros integra outras associações com objetivos similares, tais como Geoparque Terras de Cavaleiros, CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes), Turismo do Porto e Norte de Portugal, entre outras, reitero o entendimento que não existe qualquer mais-valia para que o Município de Macedo de Cavaleiros continue a integrar a Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, propondo-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar a respetiva saída de associado, devendo esta deliberação ser submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta do



Sr. Presidente da Câmara, datada de 22-08-2022, nos termos apresentada, com três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nomeadamente, pelos Srs. Vereadores *Sónia Salomé* e *Paulo Rogão*, tendo sido exercido voto de qualidade pelo Sr. Vice-Presidente *Rui Vilarinho*, e com três votos contra dos Srs. Vereadores eleitos pela coligação PSD-CDS: *Nuno Moraes*; *Clementina Gemelgo* e *Maria João Gonçalves*. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para tecer algumas considerações a propósito da proposta apresentada e manifestar que desde que assumiu a liderança do Executivo o Eixo Atlântico tem dado deficit ao município de cerca de cinquenta mil euros. Recordou que o assunto já foi discutido várias vezes em sessões da Assembleia Municipal porque existe um custo anual de cerca de dez mil euros que serve “para alimentar um governo que tem um Presidente espanhol que acha que é superior ao nosso Ministro da Cultura. Quando alguém rasga uma carta de um ministro português não devia haver nenhum município a subscrever os vencimentos desta pessoa. Não vejo nenhum benefício vindo desta entidade para o município e defendo que a intenção devia ter sido subscrita da primeira vez em que o assunto foi presente a esta Assembleia. Quando percebi que o investimento é todo puxado para a Galiza e para alguns municípios Portugueses estou fora. Eu faço a gestão do município como a da minha casa. Não pode haver prejuízos.” Terminou.-----

Abertas as inscrições pelo **Sr. Presidente da Assembleia** inscreveram-se os Deputados *Maria José Moreno*, do Grupo Parlamentar do PSD, *Jacinta Lopes*, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, *David Martins*, do Grupo Parlamentar do PSD.-----

A palavra foi passada à Deputada *Maria José Moreno* que referir que a política do Executivo é de “despromoção e de desqualificação do concelho quando o Executivo decide autoexcluir-se e sair da maior e melhor liga do Nordeste Peninsular. Como pretende votar hoje a saída do Eixo Atlântico questiono o que foi solicitado por este Executivo em funções à Associação do Eixo Atlântico que esta não tenha dado resposta válida”, desafiando o Executivo a apresentar provas documentais concretas que justifiquem esta saída da liga dos grandes, acrescentando que não é possível “vislumbrar alguma política do Executivo que coloque Macedo na primeira linha, ou equiparado aos primeiros. É de lamentar porque o provérbio “junta-te aos grandes se queres ser como eles” tem razão. Mas aqui não. Não posso deixar de mencionar aqui, em virtude da sua proposta referindo que o Município integra Associações com objetivos similares tais como o Geopark- Terras de Cavaleiros, entre outras, não havendo mais-valia em integrar o eixo “ questiono o Geopark – Terra de Cavaleiros



Handwritten signatures and initials in blue ink.

continua a ser uma Associação ou não? aguardo um esclarecimento sem subterfúgios. Questiono também qual é a mais-valia que o Turismo Porto e Norte de Portugal traz a Macedo de Cavaleiros? Peço ainda esclarecimentos quanto ao ponto de situação dos fundos comunitários, tema que considero prioritário e que gera alguma preocupação uma vez que temos pela frente um longo inverno que se prevê muito gelado em todos os aspetos. Gostaria que informasse quais as medidas que o Executivo tem para minorar no terreno os efeitos da severa crise que se avizinha”, questionou a Deputada. -----

A palavra foi passada à Deputada *Jacinta Lopes* que referiu a integração do município, em 2008, na Associação Transfronteiriça e numa rede de cidades do Norte de Portugal e da Galiza para criar maior poder reivindicativo, com o objetivo do desenvolvimento económico, social, cultural, científico e tecnológico das cidades e das regiões que pertencem. Até ao ano de 2017 teve uma participação ativa nas reuniões das diferentes áreas de trabalho nomeadamente nos seminários realizados pela Associação. Ao nível do turismo participou sempre no Intercidades e nas publicações que foram elaboradas. A câmara solicitou, em várias ocasiões, os serviços de ecologia urbana participando ao nível de desporto e cultura. Entretanto a Câmara Municipal deixou de participar. Se não participamos e não temos iniciativa é normal que não exista retorno. Não podemos exigir sem dar nada em troca e as Instituições são aquilo que nós fazemos delas. Relembro a pretensão de Macedo de Cavaleiros quando no âmbito do PRR (Plano de Resiliência e Recuperação) da ligação de Macedo de Cavaleiros à Godinha, que hoje já referiu. Nessa fase a ligação às regiões espanholas eram fulcrais e, cada vez mais, ao nível de projetos de infraestruturas é necessária a ligação e a comunicação com o país vizinho. Assim considero que o Executivo deve considerar bem esta saída e não pensar só nas questões económicas”, afirmou, tendo em conta que no futuro esta Associação poderá vir a ser muito útil ao município atendendo à pretensão de ligação à Godinha. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *David Martins* que, referiu ser este um assunto já repetente na Assembleia Municipal e questionou o que o Executivo fez nos últimos três anos para alterar o relacionamento com a Associação de Municípios do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular referindo o papel ativo de outros concelhos vizinhos e todo o potencial que o município macedense tem e a possibilidade de obter retorno com a promoção do território. A intervenção do Deputado *David Martins* dá-se por transcrita e ficará apenas à presente



ata. Assim, e porque “há sempre duas versões”, o PSD solicitou explicações ao Secretário- geral da Associação, o Dr. *Xoán Vázquez Mao*, um esclarecimento que enviou por carta e que se dá como transcrita ficando apenas à presente ata, identificada como IV, juntamente com a intervenção do Deputado. Assim e perante versões diferentes e considerando as vantagens em pertencer à Associação Eixo Atlântico, considerando que o valor das quotas anuais é justificado pela promoção obtida o Grupo Parlamentar do PSD solicitou o adiamento da votação do ponto em causa ou a sua rejeição até o Sr. Secretário-geral da Associação Eixo Atlântico esclarecer, em Assembleia Municipal ou Reunião de Câmara Municipal transmitida em direto pela Rádio Onda Livre, e depois de conhecer os dados poder votar “conscientemente uma decisão que irá afetar o nosso concelho e terá repercussões nos próximos Executivos”. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações. “Não tolero isto. A falta de educação de um Presidente de uma Instituição vir aqui tecer considerações à minha pessoa enquanto Presidente, ao meu Executivo e ao nosso município! Depois do que ouvi aqui e sendo esta carta demasiado ofensiva, quando fala em respeito pelos interesses da oposição dá esta resposta. É gravíssimo. E ter a ousadia de trazer um documento desses aqui, mais ousado é. Perante as afirmações impetuosas da Deputada *Maria José* solicito que me esclareça o que esta Associação trouxe a Macedo de Cavaleiros nestes anos todos?! Promoção? Com duzentos mil euros? Prática desportiva? Fizemos há pouco tempo os jogos tradicionais da CIMTT e não gastei nada. A proposta vai ser votada hoje. A minha decisão é não, e o que hoje aqui for votado é permanente. Nós não estamos sós, há municípios grandes do Norte do país que não integram a associação. Foi feito um plano ferroviário que devia ter incluído Macedo de Cavaleiros e que incluiu Lugo onde já existe a melhor linha ferroviária da Península Ibérica. É o dinheiro do município que está em causa. É despromoção? É jogar na liga dos grandes? Eu quero lá saber dos grandes se ando sempre em último lugar? Com os duzentos mil euros teria feito livros de promoção do nosso território. Devíamos ter saído quando proposto pela primeira vez. A Deputada *Maria José Moreno* referiu o Turismo Porto e Norte e o que nos trouxe. Vai ter a oportunidade, dentro de quinze dias, de ter um festival de balonismo que vai partir de Macedo de Cavaleiros. Todas as pessoas envolvidas vão ficar a dormir aqui, investimento do Porto e Norte que engloba quatro municípios. O carnaval e Podence de há três anos foi organizado com cinquenta mil euros dados pelo Turismo Porto e Norte. E isto são ações palpáveis e este é um organismo nacional. No âmbito do Porto



e Norte vamos ter em 2023 um festival patrocinado por eles. Já dei três exemplos de ações com o envolvimento do Porto e Norte e estes sim, valem a pena porque fazem a nossa promoção e usam a figura dos Caretos em quase todas as ações promocionais e filmes. -----

Relativamente à questão sobre a figura jurídica do Geopark-Terra de Cavaleiros, o autarca elucidou que este integra os serviços do município. -----

Usou da palavra a Vereador *Sónia Salomé* que foi citada na missiva lida pelo Deputado David Martins e que explicou que o contacto estabelecido com a Associação do Eixo Atlântico não foi feita na qualidade de Vereadora. Em 2018 contactou a Dr^a Anabela na sequência de um trabalho: o Diagnóstico para a Agenda Local. E porque a candidatura que se faz à ECO21 a Agenda Local 21 é muito valorizada e para melhorar o desempenho do município foi estabelecido contacto para solicitar assessoria. A Associação enviou um catálogo de serviços e foi dito pela Dr^a Anabela que teríamos acesso a esta assessoria mas que para elaborar um documento dessa natureza não tinham técnicos suficientes uma vez que estavam a trabalhar com vários municípios e que teria que ser um trabalho pago extra quotas.” O meu contacto foi nesse âmbito”, esclareceu a Vereadora. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 12 votos contra e 13 abstenções, aprovar a proposta de Saída do Município de Macedo de Cavaleiros da Associação Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular. -----

Ponto 2.5- Criação de um (1) Posto de Trabalho no Mapa de Pessoal da Autarquia em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria Técnica Superior – área de engenharia civil – Proposta: Deliberação nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de setembro de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 05-09-2022, que se transcreve. -----

“ I – Enquadramento -----



Em conformidade com o art.º 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis. – Assim, e anualmente elaborado o respetivo Mapa de Pessoal, onde se preveem quais os postos de trabalho necessários para execução das atividades previstas no ano a que diz respeito. -----

O Mapa de Pessoal do Município de Macedo de cavaleiros, constante em anexo à proposta de Orçamento Municipal – 2022, foi aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em sessão de 29-12-2021. -----

Em conformidade com o artigo 29.º da LTFP, “o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: -----

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----

b) Do cargo ou da carreira e, ou, categoria, que lhes correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----

d) Do perfil competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. --Porém, o Mapa de Pessoal não é um documento estático, é pois, um documento que funciona como um importante instrumento de gestão dos recursos humanos e, assim sendo, sofre as mutações que sejam necessárias para operar no ano a que se reporta, prevendo os lugares que permitem à Câmara Municipal recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta às exigências do seu funcionamento. --A competência para aprovação do Mapa de Pessoal, e por identidade de razão das suas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na conjugação da alínea ccc), do n.º 1 do art.º 33.º e alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

II Fundamentos da proposta de alteração -----

Considerando: -----

Que o trabalhador, com o registo numérico 26, Humberto José de Sousa Borges, que exercia funções na Divisão de Obras Municipais, na carreira/categoria de Técnico Superior, área de Engenharia Civil, estava em regime de mobilidade no Instituto de



Habitação e Reabilitação Urbana, tendo consolidado essa mobilidade em 22-02-2022; Que também o trabalhador, com o registo numérico 292, Pedro Miguel Costa Gonçalves Pinto, a exercer funções na Divisão de Obras Municipais, na carreira/categoria de Técnico Superior, área de Engenharia Civil vai iniciar funções em mobilidade no Município de Bragança a 12-09-2022; -----

Verificando-se carência de recursos humanos na carreira/categoria e área antes referida nos Serviços da Divisão de Obras Municipais, sendo que, a necessidade de recrutamento é urgente, propõe-se a criação de um posto de trabalho no Mapa de Pessoal, carreira /categoria de Técnico superior, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, área de Engenharia Civil, para a Divisão que vem sendo mencionada. -----

Proponho, atento ao exposto, e em conformidade com o disposto no art.º 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos aduzidos, que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser submetida, para apreciação e deliberação, na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----Os encargos com a presente alteração encontram-se sustentados nos documentos previsionais para 2022.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 05-09-2022, nos termos apresentada.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou a palavra para referir tratar-se de um posto de trabalho na área de engenharia civil, justificado pelo grande volume de obra do município e pela saída de dois engenheiros para outros lugares. -----

Abertas as inscrições pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal inscreveu-se o Deputado *José Madalena* que, no uso da palavra manifestou ser “com preocupação que o PSD vai assistindo à saída de profissionais do quadro de pessoal do município de Macedo de Cavaleiros”. A intervenção do Deputado foi entregue à mesa da Assembleia Municipal e dá-se como transcrita ficando apenas à presente ata identificada como anexo III -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para manifestar: “ somos a prova provada de que a maior parte das pessoas que saíram são conotadas com o PSD porque tiveram acesso a formação e possuem melhores currículos. Nunca houve perseguição, alguns foram convidados para gabinetes especiais mas não aceitaram



por questões políticas. Nós privilegiamos a competência. Relativamente ao passado eu não estava cá mas o Vereador *Paulo Rogão* estava e ele dirá umas palavras”, terminou. -----

O Vereador *Paulo Rogão*, no uso da palavra, relatou que quando o Executivo anterior chegou à Câmara os trabalhadores transversalmente, quer fossem do PS ou do PSD, estavam objetivamente a serem prejudicados. Assim, no período compreendido entre 2008 a 2017 o Siadap, instrumento que permite a progressão na carreira, não foi implementado na Câmara Municipal, tendo, o Executivo anterior feito justiça ao posicionar corretamente, todos os funcionários, independentemente de cores políticas e permitindo que trabalhadores transitassem de carreira de assistentes operacionais para assistentes técnicos, de assistentes técnicos para técnicos superiores e até para dirigentes. “A nossa obrigação enquanto líderes da Câmara Municipal é trabalhar com os colaboradores que temos e não persegui-los. Agora vamos passar para a perseguição. Querem um exemplo mais claro de perseguição política? Aqui estou eu”, afirmou, passando a relatar a perseguição de que foi alvo durante os mandatos do PSD-CDS. “Em 2004 tive que sair da Câmara Municipal e de Macedo de Cavaleiros por perseguição política. Portanto quando o Sr. Deputado vem aqui dizer que perseguimos politicamente peço-lhe nomes e se for necessário na próxima sessão da Assembleia trago a listagem dos funcionários da autarquia que sabemos a simpatia política e que são respeitados por nós. Agora falar em perseguição política não porque se há alguém que foi perseguido politicamente fui eu. Ao ponto de ter que recorrer ao tribunal para reconhecerem que tinha razão. E não fui só eu. Nessa altura houve outros trabalhadores que comigo também tiveram que sair da Câmara Municipal. O arquiteto Pedro Mascarenhas também saiu de Macedo de Cavaleiros e foi para Moncorvo. Traga factos e ai discutimos agora chegar aqui e dizer que me disseram! Isso não é válido”, referiu.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *José Madalena* que referiu ter sido abordado por pessoas, que não dará o nome delas, por ter que as proteger, que afirmaram sentirem-se postas na prateleira e prejudicadas por este Executivo, afirmações que o deixaram “preocupado. Acho que o favorecimento pessoal é uma vergonha num país desenvolvido. Não quero ajustar contas com os erros do passado, que os houve, fico é preocupado se ainda há resíduos desses comportamentos”, rematou. A intervenção do Deputado foi entregue à mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrita e fica apensa à presente ata identificada como Anexo III.-----



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual, por maioria, com 1 abstenção, aprovar a Criação de um (1) Posto de Trabalho no Mapa de Pessoal da Autarquia em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria Técnica Superior – área de engenharia civil.-----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto dois, o dois ponto três e o dois ponto cinco. -----

Eram oito horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----



ANEXOS

I – Intervenção Deputado David Martins (PSD) relativa à Ata da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

Assembleia de 29/09/2022

ATA

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Caros Colegas Presidentes de Junta ou Uniões de Freguesia, Excelentíssimo Público, comunicação social, cumprimento a todos. Um cumprimento especial ao Miguel Caseiro por nos receber na sua aldeia, um exemplo que o caminho certo era o dos anteriores executivos em apostar no benefício do concelho e não só da Sede.

Senhor Presidente da Assembleia a ata de nº 3/2022 de 17 de junho de 2022 contém omissões que na minha opinião são extremamente importantes e deviam estar plasmadas nesta ata pela seguinte razão, pela 1ª vez o representante de uma instituição recusa responder a um eleito democraticamente representante de outra instituição. Vamos por partes.

1ª A intervenção do Sr. Presidente da Câmara no Período antes da Ordem do Dia do minuto 3:27:30 até ao minuto 3:29:02 porque quero que fique registado em Ata *ipsis verbis* e passo a citar: *“Dizer aqui que não vou responder ao Sr. Deputado David Martins, lamento que tivesse tido este comportamento aqui, porque foi transmitido em público, não acredito que a sua bancada se reveja na sua posição, é muito feio não respeitar as pessoas. Já agora vou-lhe dizer de forma educada, prefiro estar a trabalhar com uma peúga de um dos meus vereadores do que com você inteiro, uma peúga. Quando disse que estou mal aconselhado e mal acompanhado, portanto este executivo é exemplar, é íntegro, não estou a ser ofensivo, apenas estou a dizer que nunca mais, nunca mais lhe responderei, vocês podem dizer o que quiserem, isto é assumido estou a dizê-lo aqui publicamente. Quem não se sente não é filho de boa gente. Esta minha postura é só para deixar bem vincado aqui à bancada do PSD, CDS e Unidos que daqui para a frente qualquer intervenção que você faça,*



da minha parte não terá resposta jamais, ok? Fica este exemplo. E já agora a resposta será dada por quem de direito, os tais que me aconselham mal.” Fim de citação.

Tudo isto perante a passividade do Sr. Presidente da Assembleia e digníssima mesa e com o apoio da bancada socialista que eufórica com a falta de civismo do maior representante do Município precipitou-se a aplaudir, demonstrando falta de conhecimento do Regimento da Assembleia Municipal, onde no art.º 32º no ponto 4 diz – **“Será advertido pelo Presidente quem se desviar do assunto em discussão ou quem utilizar expressões injuriosas ou ofensivas, podendo o Presidente retirar a palavra a quem persistir na atitude;”**

2º Intervenção do Sr. Vereador Paulo Rogão, do minuto 3:32:27 ao minuto 3:32:56 e passo a citar: *“De facto a reabilitação da Câmara foi uma candidatura a um programa que se chama BEM, esse programa vem da CCDR, portanto qualquer informação que se tenha sobre isto é de alguém que está na CCDR, e portanto há aqui mal informação, e onde eu quero chegar é a isto (...)”* fim de citação.

Gostaria que o Sr. Vereador fosse mais direto e dissesse a quem se está a referir sobre quem passou a informação e não se limitasse a atirar areia para os olhos das pessoas, não deixe a dúvida no ar Sr. Vereador, assumo as suas acusações.



II- Recomendação da Deputada Jacinta Lopes (CDS-PP) Antes da Ordem do Dia.

Editou diversos Livros, relacionados essencialmente com o direito internacional público, com as relações internacionais do nosso país, com a Europa e com a Ciência Política.

- Cavaleir
Bretanha

Como professor, Adriano Moreira foi ou é:

e
na

-Grã-Cru:

-Doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, onde foi também Professor Catedrático, Diretor e Presidente do Conselho Científico;

-Grã-Cru:

de

-Cavaleir

-Doutor em Direito pela Universidade de Madrid;

-Professor da Universidade Católica Portuguesa, do Instituto Superior Naval de Guerra, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Aberta de Lisboa;

e a
las

O seu p
reconhec
magnífic

-Professor Honorário da Universidade de Santa Maria, no Brasil;

e e

Municipa

-Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa;

ou

doado.

-Professor Honorário do Instituto Politécnico de Portalegre;

Macedo

-Doutor Honoris Causa pelas Universidades da Beira Interior, Universidade Aberta; pelas Universidades de Manaus, de São Paulo, da Bahía, de Brasília, do Rio de Janeiro e do Recife, no Brasil; pela Universidade de São Vicente, em Cabo Verde; pela Universidade de Aveiro e Doutor Honoris Causa pelo Instituto Universitário Militar.

da
ua
ias

pelo que
Cidade.

-Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (1998-2007);

O mesmo possui diversas condecorações entre as quais:

- Ordem Militar de Cristo

- Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique

- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo

);

-Vice-Presidente da Assembleia da República (1991-1995);

-Conselheiro de Estado (2015-2019)

CDS



Handwritten signatures in blue ink.

- Cavaleiro-Grã-Cruz Honorário da Real Ordem Vitoriana de África da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

-Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha

-Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil

-Cavaleiro de Grã-Cruz da Ordem de São Silvestre- Vaticano-Santa Sé

O seu percurso, brilhante e o amor a sua terra, levaram ao seu reconhecimento por parte da cidade de Bragança, onde possui uma magnífica Biblioteca -Adriano Moreira, dentro do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, em Bragança, onde se imortaliza o seu espólio doado.

Macedo de Cavaleiros, concelho natal necessita imortalizar o seu nome, pelo que ^{gr. concelho} ~~propôs~~ a atribuição do seu nome ao Parque Urbano da Cidade.

Handwritten signature in blue ink, with "EDS" written above it.



III- Intervenções do Deputado José Madalena (PSD) relativas ao Ponto 2.2. e 2.5 da Ordem do Dia.

Ponto 2.2

Um corte significativo nas transferências de capital, que penaliza a capacidade de investimento do município.

Na linha do que tem sido a nossa posição relativamente às GOP e Orçamento 2022, iremos abster-nos pelas mesmas razões que o fizemos anteriormente (falta de investimento em algumas freguesias), embora reconheçamos um passo positivo que foi a renovação das condutas de água na rua principal de Corujas. Aproveito para apelar à Câmara Municipal que ouça as propostas orçamentais que vão ser apresentadas pelos vereadores do PSD e as integre no Orçamento de 2023. *as propostas e presidentes de Junta*

Ponto 2.5

É com preocupação que o PSD vai assistindo à saída de profissionais do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Os recursos humanos são fator decisivo na qualidade dos serviços prestados pela Câmara, e se nuns casos houve saídas para outras instituições que pagam melhor ou permitem uma progressão na carreira mais rápida, noutros casos os trabalhadores mudam-se para concelhos vizinhos por considerarem que não estão a ser valorizados.

Mas o mais grave é quando ouvimos queixas de trabalhadores, como aconteceu recentemente comigo, que dizem estar a ser prejudicados pelas suas simpatias ou afinidades políticas ao PSD: isso é absolutamente inaceitável num estado democrático e de direito.

Sobre a seleção de pessoal para a Câmara, apenas quero enunciar os meus princípios e os do PSD: só as qualificações académicas, qualidades humanas e o mérito profissional devem presidir à escolha de colaboradores da Câmara, nada mais do que isto.



6

Qualquer situação de favor é moral e politicamente condenável, todos são macedenses merecem ter a mesma igualdade de oportunidades.

IV- Intervenção Deputado David Martins (PSD) relativa ao ponto 2.4 da Ordem do Dia e correspondência da Associação Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular datada de 26 de setembro de 2022.

2.4 - Saída do Município de Macedo de Cavaleiros da “Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular”

Ex.mo Sr. Presidente,

Este é um assunto repetente nesta Assembleia e a nossa dúvida é o que fez o seu executivo nos últimos 3 anos para alterar as relações com **Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**?

O porquê de Bragança e Mirandela, associados desta associação, participarem, serem membros ativos e Macedo não se revê nessa forma de trabalhar, de aproveitar toda a área abrangida pela Associação de modo a explorar a parte turística, o marketing, a divulgação do nosso concelho, das nossas tradições. Temos tanto para mostrar, Caretos, Geopark, Praias, a nossa gastronomia e continuamos a pensar pequenino, em vez de nos encostarmos aos grandes municípios, o seu executivo está sempre a nivelar-se por baixo. Preferimos ser um ^{FORTES} município nos ^{FORTES} ~~fortes~~ do que um ^{FORTES} ~~forte~~ nos municípios dos ^{FORTES} ~~fracos~~. Temos os concelhos ao lado a copiar as nossas tradições e festas, a roubar as nossas ideias, como por exemplo o Natal na cidade, e além de não fazerem nada para combater isso, agora querem, por uma razão que desconhecemos, estarem orgulhosamente sós.

Como tudo tem 2 versões, e a informação do Sr. Presidente é um copy paste da proposta com 3 anos, o PSD solicitou ao Secretário-geral da Associação de Municípios – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Dr. Xuan Mao, um esclarecimento, uma explicação sobre a situação.



Prontamente acedeu e se disponibilizou para se necessário se deslocar a esta Assembleia Municipal e dar a sua versão dos factos. Uma pessoa afável, muito terra a terra, humilde e de simples trato, visto não poder fazer a defesa da sua Associação aqui perante todos nós, respondeu da seguinte forma e passo a citar.

Ler carta.

Como as versões são diferentes, como só temos a ganhar em pertencer a esta enorme Associação, a cota paga de 10.500,00€ anuais paga-se automaticamente com a publicidade e o número de pessoas abrangidas através desta Associação, vem o Grupo parlamentar do PSD solicitar o **adiamento da votação deste ponto, ou a sua reprovação** até o Sr. Secretário-geral esclarecer em Assembleia Municipal, ou Reunião de Câmara transmitida pela Rádio Onda-Livre para todos podermos acompanhar a explicação dada e aí com todos os dados conhecidos **podermos votar conscientemente uma decisão que irá afetar o nosso Concelho e terá repercussões nos próximos executivos.**



[Handwritten signatures]



eixo atlântico
do noroeste peninsular

[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Exmo. Senhor David Martins

Maia, 26 de setembro de 2022

1. Relativamente aos projetos desenvolvidos com Macedo de Cavaleiros em 2022: neste ano Macedo de Cavaleiros não participou em nenhum dos programas do Eixo Atlântico, tendo apenas feito parte do “guia turístico “O que fazer no Eixo Atlântico”, do qual foram distribuídos 70.000 exemplares, uma vez que nos enviaram informação para o mesmo. Em concreto:
 - 1.1. O Presidente da Câmara Municipal não respondeu quando foi convidado a fazer parte das Comissões Políticas.
 - 1.2. Ninguém de Macedo de Cavaleiros assistiu às reuniões, nem à Assembleia-geral nem às reuniões dos Grupos Temáticos.
 - 1.3. Não apresentaram nenhuma candidatura para a realização de trabalhos gratuitos a realizar pela Agência de Ecologia Urbana, que neste momento estão a fazer 14 trabalhos para 14 municípios.
 - 1.4. Nenhum atleta de Macedo de Cavaleiros participou nos Jogos do Eixo Atlântico, que reuniram 2200 atletas na Maia, no passado mês de julho.
 - 1.5. Ninguém de Macedo de Cavaleiros participou nas reuniões de preparação do Mapa de Coesão Social, nem do Plano de Mobilidade Sustentável, nem do Plano de Sustentabilidade Urbana, nem do Plano de Descarbonização.
 - 1.6. Por último, João Alves iria participar como orador, no seminário de turismo, para explicar a experiência do “Geopark Terras de Cavaleiros” que consideramos uma

Rua Joaquim de Vasconcelos, 168
4425-455 Águas Santas - Maia
Tel.: (+351) 22 201 99 37/8 • Fax: (+351)22 201 99 39

Rúa Bolívia, 4
36203 Vigo (Espanha)
Tel.: (+34) 986 480 616 • Fax: (+34) 986 482 022

www.eixoatlantico.com



eixo atlântico
do noroeste peninsular

experiência interessante para dar a conhecer o vosso território, no entanto, o próprio João Alves nos informou que afinal não iria poder participar no evento.

Em resumo, não participaram em nenhum dos Grupos Temáticos, nem nos órgãos políticos, nem nos eventos culturais (Mostra Musical, Bienal de Pintura), nem nos turísticos (Exposições, Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito do turismo), nem no Seminário de Experiências no âmbito da Educação, nem nos eventos desportivos (Jogos do Eixo Atlântico ou Torneio de Taekwondo) assim como nos programas e planos de sustentabilidade.

2. Relativamente à situação dos pagamentos: a dia 26 de setembro a Câmara Municipal ainda não pagou a quota correspondente a este ano. No passado, vimo-nos obrigados a apresentar uma queixa ao tribunal administrativo quando já não pagavam há mais de dois anos, e só depois disso, pagaram as quotas.
3. No que respeita à deliberação na reunião ordinária da Câmara Municipal:
 - 3.1. Disse o Presidente da Câmara Municipal que o Eixo Atlântico não desenvolveu qualquer ação ou iniciativa relevante em prol do território do município de Macedo de Cavaleiros. Sobre isto, há que matizar que deve referir-se ao período da sua presidência, visto que nas presidências anteriores, tanto no caso do Beraldino Silva, como do Duarte Moreno, além de desenvolvermos várias iniciativas nas quais Macedo participou ativamente, Macedo chegou, inclusivamente, a fazer parte da Comissão Executiva do Eixo Atlântico. Obviamente, não se pode desenvolver iniciativas quando ninguém da Câmara Municipal participa nas reuniões, nem solicita os serviços do Eixo.
 - 3.2. Diz igualmente que o Eixo Atlântico está direcionado para os grandes centros urbanos. O Eixo Atlântico tem 39 membros, dos quais apenas 15 podem considerar-se grandes centros urbanos. Neste momento três Câmaras Municipais solicitaram conversações para a adesão e nenhuma delas se pode considerar um grande centro urbano. Finalmente, tanto Mirandela como Bragança têm uma muito ativa participação nos trabalhos do Eixo Atlântico, fazendo parte ambas da Comissão Executiva e inclusive encaminhando algumas colaborações como a promoção de produtos tradicionais ou a promoção do enoturismo na comunidade intermunicipal. Cabe recordar que há uns

Rua Joaquim de Vasconcelos, 168
4425-455 Águas Santas - Maia
Tel.: (+351) 22 201 99 37/8 • Fax: (+351)22 201 99 39

Rúa Bolívia, 4
36203 Vigo (España)
Tel.: (+34) 986 480 616 • Fax: (+34) 986 482 022

www.eixoatlantico.com



eixo atlântico
do noroeste peninsular

anos, já com o atual presidente, se elaborou por parte de expertos da UTAD uma estratégia de desenvolvimento para Trás-os-Montes, a cuja apresentação em Mirandela assistiram os Presidentes de Bragança e de Mirandela, junto com uma numerosa representação da sociedade civil, mas não assistiu o Presidente de Macedo de Cavaleiros, pelo qual estivemos à espera mais de meia hora, já que tampouco teve a cortesia de comunicar aos seus colegas que não iria assistir.

- 3.3. Afirma também que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros não obteve resposta à missiva em que se alertou a Associação no sentido de mudar de estratégia: não sabemos a que missiva se refere, já que nem nos arquivos nem nos registos do Eixo Atlântico figura nenhuma missiva deste tipo. O que temos é constância de uma conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Braga e nesse momento Presidente do Eixo Atlântico, Ricardo Rio, na qual ambos os Presidentes falaram de uma reunião com a presença do Secretário-geral, para que o Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros explicasse os motivos do seu mal-estar ou das queixas que tivesse. Reunião esta que nunca se chegou a realizar porque o Presidente de Macedo nunca deu data para a marcar. Sim, existem comunicações da Secretaria Geral para o Presidente de Macedo de Cavaleiros, às quais este nunca respondeu.
4. A vereadora Sónia Salomé afirma que no ano 2019, há cerca de três anos, entrou em contacto com a associação Eixo Atlântico no sentido de pedir apoio técnico e que lhe foi dito que além do pagamento das quotas teriam de pagar esse apoio solicitado. Essa afirmação, lamento dizer, é rigorosamente falsa já que o Eixo Atlântico nunca cobra aos municípios pelos serviços solicitados. Não existe constância documental dessa solicitação de apoio por parte da vereadora, nem ninguém do departamento de programas se lembra de qualquer conversação nesse sentido, pelo que seria bom que a vereadora pudesse documentar a situação ou pelo menos o nome da ou das pessoas com quem falou, já que de entre os colaboradores do Eixo ninguém conhece a vereadora. O Eixo só trabalha para as Câmaras Municipais e não cobra pelos seus serviços, como poderão atestar todo o conjunto das Câmaras Municipais do Eixo Atlântico. A única reclamação que pode ter sido feita, em termos de pagamentos, é a das quotas não pagas ou de um valor excedente ao financiamento disponibilizado pelo Eixo para o trabalho, da Agência de Ecologia Urbana, que o executivo anterior de Macedo de Cavaleiros solicitou e que o atual executivo ao chegar



eixo atlântico
do noroeste peninsular

recusou honrar o compromisso assumido pela Câmara Municipal por razões que desconhecemos.

Esta é a situação de Macedo de Cavaleiros na qual os argumentos apresentados na Reunião Ordinária da Câmara Municipal são todos falsos, ocultando outros motivos que desconhecemos. O certo é que Macedo de Cavaleiros está inativo no Eixo Atlântico, não participa em nada, não beneficia de nada e não aporta nada aos restantes municípios.

O Eixo Atlântico é uma entidade com 30 anos de existência, atualmente com 39 membros, que continua a receber pedidos de adesão e que desenvolve mais de 14 programas ao serviço das nossas cidades. Mas, obviamente, só podem beneficiar daqueles os que participam e os solicitam. Neste momento, a presença de Trás-os-Montes está assente sobre dois pilares: Bragança e Mirandela, com uma participação extremadamente ativa. Se Macedo de Cavaleiros aprovar a saída do Eixo Atlântico, esta Secretaria Geral dará com todo o gosto um parecer favorável, já que o único motivo pelo qual não se avançou a expulsão de Macedo de Cavaleiros foi em atenção ao interesse da oposição em manter Macedo de Cavaleiros no Eixo Atlântico e pela excelente memória do envolvimento e participação de Macedo durante as presidências de Beraldino Pinto e de Duarte Moreno. Naturalmente estou disponível, dentro das minhas limitações de agenda, e sempre que se me avise com a suficiente antecedência, para me reunir com a Assembleia Municipal e esclarecer todos estes aspetos se assim o solicitarem.

Atenciosamente,

Xoán Vázquez Mao
Secretário-geral do Eixo Atlântico

Rua Joaquim de Vasconcelos, 168
4425-455 Águas Santas - Maia
Tel.: (+351) 22 201 99 37/8 • Fax: (+351)22 201 99 39

Rúa Bolívia, 4
36203 Vigo (España)
Tel.: (+34) 986 480 616 • Fax: (+34) 986 482 022

www.eixoatlantico.com